

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JHONATAN CARLOS DOS SANTOS

COMPREENDER OS MUTIRÕES AGROFLORESTAIS: DESENVOLVIMENTO DOS
INDIVÍDUOS, DOS COLETIVOS E DAS ORGANIZAÇÕES

MATINHOS

2016

JHONATAN CARLOS DOS SANTOS

COMPREENDER OS MUTIRÕES AGROFLORESTAIS: DESENVOLVIMENTO DOS
INDIVÍDUOS, DOS COLETIVOS E DAS ORGANIZAÇÕES

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, linha de pesquisa Socioeconomia e Saberes Locais, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Flores Lesama
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Ferreira

MATINHOS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
Marcos Vinicius Fidencio CRB9/1811

S237 Santos, Jhonatan Carlos dos
Compreender os mutirões agroflorestais: desenvolvimento dos indivíduos, dos coletivos e das organizações / Jhonatan Carlos dos Santos ; orientador Manoel Flores Lesama ; co-orientadora Márcia Regina Ferreira. – 2016.
102 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2016.

1. Agricultura - Sistemas. 2. Agricultura familiar. 3. Agrofloresta.
4. Litoral do Paraná. 5. Desenvolvimento territorial sustentável. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 306.349



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL
Código CAPES: 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JHONATAN CARLOS DOS SANTOS**, intitulada: "**COMPREENDER OS MUTIRÕES AGROFLORESTAIS: DESENVOLVIMENTO DOS INDIVÍDUOS, DOS COLETIVOS E DAS ORGANIZAÇÕES**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovado.

MATINHOS, 30 de Junho de 2016.

Prof MANOEL FLORES LESAMA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

Prof CARLOS EDUARDO SÍCOLI SEOANE
Avaliador Externo (EMBRAPA)

Prof LUCIANO DE ALMEIDA
Avaliador Externo (UFPR)

Prof ANA ELISA DE CASTRO FREITAS
Avaliador Externo (UFPR)

Aos agricultores e agricultoras familiares que encontram nos sistemas agroflorestais as possibilidades de cooperação com a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as formas de vida que tornam possíveis as relações entre a diversidade biológica, ideológica e espiritual.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado e que no contato próximo (mesmo com as distâncias físicas) constituíram a base para o meu desenvolvimento. Agradeço em especial a minha mãe Fátima da Silva Santos, ao meu pai João Marcelino dos Santos e aos meus irmãos Jhefferson dos Santos e Jhenifer dos Santos.

À minha companheira Ana Paula Springer de Almeida pela compreensão constante, paciência e persistência na superação dos desafios durante o período de realização do curso de mestrado.

Aos cooperados e cooperadas da Motirõ Sociedade Cooperativa que me fazem manter viva a chama de que outros mundos são possíveis. Agradeço especialmente ao Billidhol de Oliveira Mateus, Osni Arturo Junior e Valdenise Batista Veloso que me apoiaram na decisão de realizar o curso no PPGDTS e que nesse período estiveram a frente da Motirõ.

Ao professor e orientador Dr^o Manoel Flores Lesama pelo apoio e dedicação ao longo desses anos de trabalho em parceria. Agradeço ao seu empenho na formação de pessoas que busquem compreender e questionar as estruturas estabelecidas a fim de fortalecer as minorias.

A professora e coorientadora Dr^a Márcia Regina Ferreira pela disponibilidade e apoio na realização da pesquisa.

Aos estudantes, professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Setor Litoral da UFPR que fizeram parte ativamente da construção desse trabalho.

Agradeço a CAPES pelo auxílio financeiro que possibilitou a dedicação necessária ao trabalho.

Agradeço em especial aos agricultores que aceitaram o desafio de construir um projeto de pesquisa que levasse à reflexão do seu próprio ambiente de trabalho.

“Na floresta, a ecologia somos nós, os humanos. Mas são também, tanto quanto nós, os xapiri (seres da floresta), os animais, as árvores, os rios, os peixes, o céu, a chuva, o vento e o sol! [...] Somos habitantes da floresta. Nascemos no centro da ecologia e lá crescemos” (p. 16).

*A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami - Davi
Kopenawa e Bruce Albert*

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa foi realizado em parceria com agricultores familiares que habitam a gleba Pantanal, no Assentamento Nhundiaquara, município de Morretes, localizado no litoral do Estado do Paraná. Durante o projeto foram realizadas intervenções junto aos agricultores familiares que desenvolvem uma prática de agricultura denominada agroflorestal. O trabalho de implantação e manejo das áreas de agroflorestas são desenvolvidas pelos agricultores, por meio do trabalho colaborativo denominado de mutirão. A pesquisa foi desenvolvida com base nas análises do acompanhamento dos mutirões fomentados pelo projeto Agroflorestar: co-operando com a Natureza, projeto coordenado pela Associação de agricultores agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta. Os pressupostos teóricos-metodológicos da pesquisa foram mobilizados para compreender a formação de coletivos de trabalho, a partir do trabalho coletivo, nos mutirões agroflorestais. Os procedimentos metodológicos seguiram a perspectiva da clínica da atividade (CLOT,2010), proveniente da relação entre a ergonomia francesa (FALZON, 2007) e a teoria histórico-cultural russa (Vigotski, 2009). Esse referencial moldou o objeto e a realização das etapas metodológicas empreendidas na pesquisa. Foram utilizados os métodos da autoconfrontação simples e cruzada a fim de mobilizar concepções e experiências do grupo de agricultores, para que os próprios sujeitos se apropriem de sua história e a utilizem como meio de criar possibilidades de ação. O projeto de pesquisa resultou na identificação de traços na atividade coletiva de agricultores familiares agroflorestais, que demonstraram a formação de um coletivo de trabalho onde os sistemas agroflorestais é ao mesmo tempo objeto e instrumento mediador entre agricultores, pesquisadores, professores e técnicos de assistência técnica e extensão rural. O trabalho conclui que o surgimento de coletivos de trabalho gera ativos territoriais que podem influenciar os espaços de planejamento e gestão de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento territorial no litoral do Paraná.

Palavras-chave: Clínica da Atividade; Sistemas Agroflorestais; Agricultura Familiar; Trabalho coletivo; Coletivo de trabalho; Litoral do Paraná;

ABSTRACT

This research was conducted in partnership with family farmers who inhabit the Pantanal plot land in the Nhundiaquara settlement, in Morretes, located in the Coast region of Paraná State. During the project interventions were carried out with the family farmers who develop a practice of agriculture called agroforestry. The implementation work and management of agroforestry areas are developed by farmers, through collaborative work called collective effort. The research was developed effort promoted by Agroflorestar project: co-operating with Nature, project coordinated by the Association of Agroforestry Farmers of Barra do Turvo and Adrianople – Cooperafloresta. The theoretical and methodological assumptions of the research were mobilized in order to understand the formation of work collective from the collective work in agroforestry joint efforts. The methodological procedures followed the perspective of clinical activity (CLOT, 2010), derived from the relationship between the French ergonomics (FALZON, 2007) and the Russian cultural-historical theory (Vygotsky, 2009). This framework has shaped the object and the execution of the methodological steps taken in the research. The methods of simple and crossed self-confrontation were used to mobilize ideas and experiences of the group of farmers, so that the subjects themselves to appropriate their history and use it as a means of creating possibilities for action. The research project resulted in the identification of traits in the collective activity of agroforestry family farmers that demonstrated the formation of a work collective where agroforestry systems are both an object and a mediating instrument among farmers, researchers, scholars and technicians of assistance and rural extension. The study concludes that the emergence of work collectives generates territorial assets that can influence the planning and management of public policies, contributing to the territorial development in the coast of Paraná.

Keywords: Clinical Activity; Agroforestry systems; Work collective; Collective work; Paraná coast

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÕES.....	11
1 Princípios para uma abordagem científica.....	11
2 Traços da trajetória do pesquisador.....	13
3 Contradições em projetos participativos de desenvolvimento.....	16
4 Arranjo institucional de fortalecimento dos sistemas agroflorestais no litoral do Paraná.....	20
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	25
1 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO.....	25
2 DESENVOLVIMENTO GLOBAL OU LOCAL?.....	28
3 TEORIA DA ATIVIDADE.....	30
4 O GÊNERO PROFISSIONAL.....	34
5 A DISTÂNCIA ENTRE O TRABALHO COLETIVO E O COLETIVO DE TRABALHO..	36
6 OS INSTRUMENTOS COMO MEDIADORES DA ATIVIDADE.....	40
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
1 CONTEXTO E PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	46
2 OS MUTIRÕES AGROFLORESTAIS NA GLEBA PANTANAL.....	54
3 PRINCÍPIOS E FERRAMENTAS TEÓRICAS DA CLÍNICA DA ATIVIDADE.....	60
4 TENSÕES NA SITUAÇÃO DE CAPTURA DE IMAGENS.....	64
5 ETAPAS DE PRODUÇÃO DE DADOS.....	65
1.1.1 Produção de imagens em sete mutirões.....	66
1.1.2 Seleção do mutirão para as autoconfrontações simples e cruzada.....	67
1.1.3 Definição dos temas a serem discutidos nas autoconfrontações.....	67
1.1.4 Realização da autoconfrontação simples.....	68
1.1.5 Realização da autoconfrontação cruzada.....	68
1.1.6 Transcrição da autoconfrontação.....	69
1.1.7 Análises e discussão dos dados.....	70
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	71
1 ESTRUTURA DA ATIVIDADE COLETIVA DOS MUTIRÕES AGROFLORESTAIS.....	71
2 DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS DA AUTOCONFRONTAÇÃO.....	74
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA AUTOCONFRONTAÇÃO CRUZADA	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	94

DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÕES

1 Princípios para uma abordagem científica

O atual trabalho é fruto de um conjunto de experiências e sentidos acumulados durante o período em que estive em contato com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR. Entretanto essas experiências e sentidos foram (re) significados com base na minha trajetória de vida.

Uma das características marcantes da sociedade ocidental na atualidade é o seu processo de homogeneização de comportamentos, formas de tomada de decisão e ideias. Essa noção de padronização se perpetua no meio acadêmico segundo Bourdieu e Wacquant (2002, p. 15) quando os autores afirmam que “o imperialismo cultural repousa no poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular”.

Seguindo essa tradição de pensamento estamos a todo o momento sendo colonizados por conceitos, teorias e epistemologias que não são as nossas (do local). Essas influências externas e vulgarizadas pelas mídias internacionais (científicas ou não) provocam transformações nos locais que acabam padronizando a relação entre as pessoas e das pessoas com o seu meio. Para esses autores:

a remodelagem das relações e das práticas culturais das sociedades **avançadas** em conformidade com o padrão norte-americano, apoiado na pauperização do Estado, da mercantilização dos bens públicos e generalização da insegurança social, é aceita atualmente como resignação como o desfecho obrigatório das evoluções nacionais (Idem, p. 17, grifo nosso).

A homogeneização passa, portanto a servir aos interesses de grandes impérios, detentores de equipamentos de comunicação em massa e de produção de conhecimentos que podem ser facilmente exportados aos países “em desenvolvimento” a fim de servirem para a expansão universal do pensamento de grupos particulares. Entretanto essas importações aterrizam no local, descontextualizadas e “deshistoricizadas”, pois:

marcam uma ruptura aparente com os particularismos históricos que permanecem no segundo plano do pensamento do pensador situado e datado do ponto de vista histórico (Idem, p. 18).

A incorporação desses universalismos nos locais serve à padronização e submissão dos saberes e fazeres locais ao conhecimento universal descontextualizado e deshistoricizado.

Esse movimento carece de raízes fortes para se fixar em terrenos ontologicamente diferenciados. A lógica imperialista para se afirmar nega outras lógicas possíveis, tornando-as marginalizadas das estruturas sob seu domínio. A diversidade existente nos locais que garantem, no contato com os padrões universais, formas híbridas que fogem a padronização e muitas vezes se tornam mais resistentes ao processo de homogeneização.

A relação do local com o global nesse movimento pendular entre a igualdade e a diversidade epistemológica é demonstrada por Hassan Zaoual (2003). As concepções universais se encontram, para esse autor, encurraladas em limites impostos pelos locais. No contexto das fronteiras entre o universal e o particular se situam os sítios simbólicos de pertencimento, como o autor os define, e que é parte integrante de movimentos embalados por disputas e resistências que atravessam qualquer período histórico geracional (ZAOUAL, 2003).

O papel que a ciência e os programas de pós graduação assumem, tem o potencial de reforçar ou fragilizar a existência de ambos os movimentos. As críticas de Bourdieu e Wacquant (2002, p. 15) trazem a tona o mecanismo de “universalizar os particularismos” a partir da imposição do imperialismo cultural e, sobretudo representado por uma lógica científica homogeneizante.

Se a ciência possui essa característica, nós estamos fadados, nos programas de pós graduação, a servir à expansão do imperialismo cultural? A contribuir com o processo de homogeneizar as cidades, os corpos e as mentes? A contribuir na busca incansável pela racionalização dos processos que geram e são geradores de vida?

As questões que se colocam nesse trabalho buscam problematizar a lógica imperialista apresentada, buscando debater algumas alternativas ao modelo padronizante. Pretende-se percorrer caminhos que vão em direção à valorização das diferenças, das estruturas locais de resistência, das narrativas que ampliem o espectro das vozes locais em direção ao global. A questão passa então a ser como criar tensões de “baixo para cima” que possam ser utilizadas por movimentos de resistência?

Estas questões são postas em movimento e experimentação na análise da

formação de coletivos de trabalho e da prática do trabalho coletivo de mutirão em grupos de agricultores familiares agroflorestais no litoral do Paraná, pessoas que foram acompanhadas a partir da inserção e participação em projetos junto a estes agricultores e seus cotidianos de trabalho.

2 Traços da trajetória do pesquisador

O início da minha formação na Universidade Federal do Paraná se dá com o meu ingresso no curso técnico em agroecologia do setor Litoral, no mês de agosto de 2005. Minha compreensão sobre o que é um curso técnico em Agroecologia era muito limitada, exceto pelo fato de que a palavra agroecologia é formada pelas palavras agro e ecologia – que na época me possibilitou fazer aproximações com a disciplina de biologia. Naquele momento a minha compreensão era a de que o curso de agroecologia se aproximava da formação de profissionais que atuariam com temas relacionados à natureza. Mal sabia eu que a noção de natureza vinha há muito tempo sendo debatida e que havia diferentes compreensões na academia sobre o que são as noções de natureza, ecologia e agricultura.

Durante o curso técnico fui me aproximando de noções conceituais utilizadas no meio profissional da assistência técnica e produção agrícola voltadas ao trabalho com agroecologia. Portanto a minha concepção de que o curso estava pautado pela relação com a natureza e que a noção de natureza integra apenas as plantas e os animais, foi aos poucos sendo tencionada e incorporando outras dimensões, como a ambiental, a econômica, a social, a cultural, a política e a dimensão ética. Com a ampliação da própria noção de natureza, onde o ser humano e os conhecimentos por ele criados estão incorporados nessa perspectiva, fui ampliando também a compreensão da minha relação com o mundo. As experiências proporcionadas a partir do curso foram, portanto transformando as minhas relações com o meio e com os seres materiais e imateriais que integram esse(s) meio(s) (animais, plantas, entidades de “natureza” não material).

Durante o curso de Agroecologia tive a oportunidade de conhecer novas perspectivas de mundo, como a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através do acampamento José Lutzenberger em Antonina – PR. O contato com as pessoas do acampamento fez com que eu começasse a enxergar a diversidade de

formas de pensar, a diversidade e amplitude de temas necessários para a sobrevivência destas pessoas em um ambiente de conflito fundiário.

Meu contato com uma realidade onde a relação entre a pobreza material e a engenhosidade necessária para a sobrevivência das famílias acampadas fez com que eu percebesse a construção de perspectivas de mundo que se colocam para além da dimensão material e alcançam patamares de cooperação, reciprocidade e alteridade. As alternativas ao modelo econômico, hegemônico, coexistem, portanto em situações de disputa e de solidariedade. Esse contato me possibilitou ver que existem alternativas acontecendo, agora, e que se forem constantemente valorizadas podem construir cenários sociais, econômicos e ambientais menos excludentes.

Essa experiência com o acampamento José Lutzenberger foi possibilitado inicialmente pelo estágio de vivência promovido por uma equipe de professores da UFPR Litoral em fevereiro de 2007 e posteriormente devido a minha participação no projeto de extensão *Vivenciando a proposta pedagógica da UFPR Litoral no Projeto de Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger*.

Minha atuação em projetos de extensão universitária a partir do ano de 2007 possibilitou estabelecer contato com agricultores de outras localidades do litoral, dentre eles, alguns agricultores do assentamento Nhundiaquara em Morretes – PR. O contato inicial com alguns agricultores da gleba pantanal foi possibilitado pelo projeto de extensão *Feiras, construir caminhos de inclusão social via a gestão de mercados com as comunidades de agricultores familiares do litoral paranaense*. O projeto Feiras tinha como objetivo criar e fomentar feiras da agricultura familiar na região do litoral. A continuidade do meu contato com os agricultores familiares da região foi possível devido ao meu ingresso no curso de gestão e empreendedorismo, o que garantiu meu vínculo com o projeto e com a estrutura disponibilizada pela UFPR para as atividades de extensão universitária.

Através desse projeto foi possível conhecer algumas pessoas da gleba Pantanal, que na época estavam interessadas em comercializar e organizar feiras nos municípios de Antonina, Morretes e Matinhos. Nesse momento a relação entre as ações práticas do projeto e as discussões teóricas foram potencializadas durante o curso de graduação.

Pude aprofundar a relação entre a teoria e a prática graças a um grupo de estudantes do Setor Litoral, interessados em transformar a realidade local e permanecer

na região após a conclusão de seus estudos. Integrava esse grupo, estudantes dos cursos técnico em turismo, técnico em agroecologia, bacharelado em fisioterapia, serviço social e gestão ambiental. Atividades de leituras de textos e elaboração de propostas de projetos de desenvolvimento fizeram parte do ambiente de encontros desse grupo. Com a realização dos encontros de estudos durante os anos de 2007 a 2009, aprofundamos as possibilidades de desenvolvimento da região a partir dos diferentes olhares congregados nessa iniciativa. Com a intensificação dos encontros e com o apoio de professores dos campos teóricos do desenvolvimento, do direito, da economia e da administração, resolvemos fundar uma organização com o objetivo de gerar trabalho e renda aos futuros profissionais formados na UFPR Litoral.

Ao longo de todo o ano de 2009 os encontros se intensificaram e começaram a surgir encaminhamentos sobre as formas jurídicas mais apropriadas para a atuação profissional na região. Após intensas discussões, no final do ano é fundada a Motirõ Sociedade Cooperativa, organização que tem como foco o desenvolvimento de projetos junto a comunidades rurais e urbanas na região do litoral do Paraná.

Durante o curso de graduação pude realizar um período de intercâmbio acadêmico na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em Portugal. Nessa oportunidade cursei disciplinas que se relacionam com a temática da psicologia e do meio ambiente. O período de moradia em outro país agregou muito na minha formação profissional e, sobretudo na minha formação pessoal. Foi no contato com outras experiências e outras formas de estabelecer as relações sociais em Portugal que pude compreender melhor o Brasil. Foi portanto no contato com outra cultura que pude entender as relações entre a cultura lusitana e a brasileira.

O contato com a alteridade me fez ressignificar a minha postura no mundo. No meu retorno ao Brasil em 2011 retomei as atividades dos projetos de extensão e pude aprofundar as relações com os agricultores do assentamento Nhundiaquara em Morretes-PR. Foi nesse momento que se iniciou minha relação com o contexto da presente pesquisa e com o trabalho iniciado na região pela Associação dos agricultores agroflorestais dos municípios de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR-COOPERAFLORESTA.

No segundo semestre do ano de 2011 um grupo, do qual fiz parte, formado por estudantes, professores da UFPR Litoral e de cooperados da Motirõ Sociedade

Cooperativa, desenhou um projeto para o fortalecimento da agricultura agroecológica no litoral do Paraná. O objetivo principal da proposta foi o de organizar e colocar em contato grupos de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos visando o fortalecimento da agroecologia na região do litoral do Paraná. Esse projeto, denominado de *Redes de Comercialização: consolidando vínculos entre agricultores e consumidores de produtos agroecológicos no litoral do Paraná*, contou com financiamento da UFPR e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

O projeto Redes de Comercialização viabilizou algumas atividades junto aos agricultores agroflorestais da gleba Pantanal. Nesse período participei de diversos mutirões onde fortaleci a relação com os agricultores da região e pude compreender a dinâmica dos sistemas agroflorestais. Esse contato com os agricultores e com os mutirões desde o ano de 2012 contribuiu na minha relação com o grupo de agricultores que fizeram parte dessa pesquisa.

A partir do primeiro semestre de 2014 fui selecionado em uma vaga de professor substituto no curso de Tecnologia em Agroecologia do Setor Litoral da UFPR. Durante a docência na agroecologia também realizei várias atividades voltadas ao trabalho com os sistemas agroflorestais na região.

A apresentação da minha trajetória acadêmica busca contribuir para situar o leitor em um contexto particular e historicamente datado. Embora essa trajetória seja ressignificada constantemente por novas perspectivas e experiências, ela se constitui nos alicerces da minha formação.

O constante reencontro com o meu contexto de pesquisa, seja pelas atividades acadêmicas ou de assistência técnica e extensão rural, a partir do trabalho na Motirô Sociedade Cooperativa, tem um duplo efeito. Por um lado me dá segurança para tratar de temas difíceis de serem tratados por pessoas que possuem um menor tempo de contato com o grupo participante da pesquisa, mas, por outro lado, dificulta o processo de estranhamento necessário para o bom desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Foi a partir da escolha metodológica da Clínica da Atividade que foi possível lidar com essa dificuldade e ampliar as possibilidades de análise em parceria com os sujeitos da pesquisa.

3 Contradições em projetos participativos de desenvolvimento

Faz mais de uma década que a participação das populações locais em programas de desenvolvimento tornou-se palavra de ordem internacional. A noção de participação assumiu papel central nos discursos tanto de financiadores de projetos como de pesquisadores, sendo muitas vezes incorporada pelo “público alvo” e/ou atores envolvidos com estas iniciativas. No entanto, experiências de aprofundamento e radicalização dos possíveis significados de noções como “participação” e de “coletivos”, se apresentam pouco expressivas (PATEMAN, 1992).

Os trabalhos em parceria, desenvolvidos por organizações e grupos sociais, muitas vezes financiados por agentes de desenvolvimento nacionais e internacionais encontram dificuldades em se aproximar do contexto e do cotidiano das pessoas envolvidas. A estratégia de construção das propostas de projetos assim como da elaboração de políticas públicas de fortalecimento da identidade de grupos humanos está na maior parte das vezes atrelada, de forma deliberada a ações com foco em aspectos de mercado. A dimensão econômica supervalorizada nos projetos se constitui em apenas uma das dimensões a serem consideradas em políticas que pretendem atuar na promoção do desenvolvimento em diferentes níveis territoriais, desde o local até o global (ZAOAUL, 2003; SACHS, 2008).

Ao longo do trabalho vamos nos apoiar em teorias que buscam o desenvolvimento das pessoas. Não nos pautaremos portanto em correntes que defendem unicamente a dimensão econômica do desenvolvimento, que buscam quase que exclusivamente acompanhar e explicar de forma generalizante os índices macro econômicos, voltadas ao crescimento econômico.

Os desdobramentos gerados pelo amadurecimento destas correntes de pensamento, em constante aperfeiçoamento, impactam diferentes setores da economia e da vida social dos agrupamentos humanos. A transformação das instituições e das prescrições voltadas às organizações sociais são exemplos destas transformações. A transformação e o surgimento do que é comumente chamado de “modelos produtivos” pode ser considerado como a materialização desse contínuo movimento de transformação e adaptação das organizações e das ideias sobre a noção de organização ao longo do século passado. No campo da economia produtiva se destacam os modelos que desdobraram dos princípios da chamada administração científica (TAYLOR, 1990)

que teve como base para sua proposta de organização produtiva a relação entre ciência cartesiana e organização dos processos produtivos. A chamada administração científica sistematizada por Taylor (1990) demonstra a racionalização das relações sociais de trabalho através da organização produtiva que objetiva a máxima produção. Esses princípios, implementados pelo Fordismo¹, buscaram materializar o abismo entre os sujeitos que pensam a produção, e aqueles que executam. Os que executam o trabalho são encarados pelos preceitos teóricos desse sistema como os desprovidos de capacidade criativa.

A emergência de outras perspectivas sobre o sistema produtivo industrial busca contrapor a especialização e a tentativa de tornar o trabalhador do chão de fábrica um mero executor de rotinas e procedimentos elaborados por aqueles que detêm as capacidades para pensar o sistema produtivo. A busca pela participação do trabalhador nos sistemas de produção se coloca como uma das características do sistema toyotista no contexto do pós segunda guerra mundial (PATEMAN, 1992; BATISTA, 2008).

A análise dos modelos de produção pode contribuir para o conhecimento das transformações que a noção de participação assume no contexto produtivo. Entretanto, diferentes correntes buscam ampliar o espectro de atuação do conceito para além do trabalho produtivo em um contexto fabril, embora trabalhos consistentes fossem desenvolvidos demonstrando os limites da estrutura das fábricas na ampliação da noção de participação².

A difusão da palavra participação em contextos políticos e econômicos, ao longo do último século, tem levado as agências de financiamento de projetos de desenvolvimento a induzirem a implementação de iniciativas que busquem desenvolver processos participativos na gestão e realização de ações.

A participação colocada como pré-requisito para que as organizações possam acessar os recursos de entidades que financiam projetos de desenvolvimento, pode na maioria das vezes, contribuir para que as organizações beneficiadas por esses recursos construam discursos que vão de encontro com a noção de participação. Todavia, devido a

¹ O fordismo se caracteriza como um modelo de produção que materializa os princípios desenvolvidos pela administração científica de Taylor(1990) e se constitui em um estágio do avanço da economia capitalista no domínio do trabalho e do corpo dos operários (Batista, 2008).

² O trabalho de Carole Pateman (1992) demonstra como essa noção é tratada de forma superficial tanto nos contextos das empresas como no campo dos sistemas políticos democráticos.

multiplicidade de sentidos que o conceito de participação pode assumir em diferentes contextos, o discurso e a prática dessas organizações podem caminhar em sentidos opostos. A disputa de recursos, das mais variadas formas (materiais e simbólicas) presentes no seio dessas organizações, que em relação com organizações de financiamento externo dá margem para divergências, contradições e constrangimentos entre as pessoas envolvidas, se constitui em fator de aprofundamento desta dissociação entre os sentidos, os discursos e as práticas de participação. A noção de participação pode portanto ser questionada e utilizada em benefício de um grupo ou uma pessoa dentro da organização, negando sua concepção filosófica (PATEMAN, 1992, p. 35).

No litoral do estado do Paraná, região sul do Brasil, a relação entre os projetos de desenvolvimento e a noção de participação se mostra historicamente como contraditórios. Mesmo em espaços constituídos para a promoção da participação, os limites colocados para a realização de um processo de participação plena encontram dificuldades para serem superados (FERRARI, 2012). Tal relação se apresenta de forma conturbada e nebulosa, principalmente pelo histórico de projetos implementados na região, que grande parte das vezes sofre como o distanciamento entre um discurso, pautado em princípios voltados a participação, e em uma dimensão prática que na maioria das vezes ocorre através do controle sobre os mecanismos de tomada de decisão (Idem). A distinção entre os que “pensam e os que executam”, se reproduz na dificuldade dos projetos em descentralizar os processos de tomada de decisão. Tal histórico de projetos “participativos”, mal sucedidos na região, fortalece o descrédito que a população mantém em iniciativas que se apresentam como participativas.

No litoral do Paraná diversos espaços institucionais foram criados através de políticas públicas que incentivam a relação entre a sociedade civil com o Estado. Tais espaços buscam, em seu estado ideal, a elaboração e acompanhamento da implantação de políticas públicas relacionadas com as temáticas ambientais e sociais. Na região existe um considerável número de conselhos gestores de Unidades de Conservação, conselhos de desenvolvimento rural sustentável (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRs, vinculados ao Conselho de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato do Litoral Paranaense – CORDRAP). Entretanto, estes espaços acabam não se colocando como estruturas capazes de constituir coletivos de trabalho, no sentido que aqui pretendemos atribuir ao conceito – capaz de promover o desenvolvimento dos

sujeitos que o integram.

A fragilidade na forma com que os agentes públicos locais se relacionam com os processos coletivos demonstra a necessidade de formação destes profissionais para a constituição de coletivos de trabalho. As especificações técnicas restritas às determinadas áreas de conhecimento não dão conta de contextos sociais particulares, o que demandam destes profissionais conhecimentos e experiências na formação de redes de parceria e trabalho coletivo para o enfrentamento de problemas locais³.

4 Arranjo institucional de fortalecimento dos sistemas agroflorestais no litoral do Paraná

Mesmo com esse histórico de descrédito aos projetos de desenvolvimento – propostos por organizações externas (ao litoral, a comunidade) - a noção e o ideal de participação estão presente em diversas iniciativas de projetos e de articulação entre grupos e organizações na região.

Eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio +20 promovidas pela Organização das Nações Unidas, têm gerado uma demanda com forte apelo ambiental aos governos nacionais e locais. São esses acordos internacionais que implicam aos países, empresas e sociedade civil uma possibilidade de horizonte a ser seguido, ao mesmo tempo que atribuem uma agenda de compromissos a ser cumprida pelos governos participantes do acordo. Considerando os avanços e limitações destes acordos internacionais, suas pautas possibilitam maior visibilidade para a temática da relação entre sociedade e ambiente (BRÜSEKE, 1994).

No litoral do Estado do Paraná, a relação entre o meio e os grupos humanos que historicamente habitam a região, se dá por meio de estratégias constituídas por diferentes

³ Em outros estudos, realizados na região é possível identificar obstáculos para o aprofundamento da noção de participação nos conselhos gestores. Conforme demonstrado em trabalho realizado no conselho da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (FERRARI; SANTOS; MATEUS; 2012), os principais fatores que contribuem para a ausência de coletivos integrados de trabalho são a estrutura hierárquica de criação e funcionamento dos conselhos e as dificuldades - de congregar interesses muito diferentes e por vezes contraditórios – enfrentados principalmente pelos gestores – vinculados aos órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas, dentro dos limites geográficos das unidades de conservação da natureza.

saberes, provenientes, por vezes da cultura portuguesa, africana e dos índios guarani Mbyá (DIEGUES, 2001). A relação destes povos com o ambiente se constitui com base em um histórico permeado por processos de colonização e miscigenação de saberes, que resultam em estratégias de relação com a natureza.

O número de unidades de conservação existentes na região demonstra uma incompatibilidade com a noção de natureza onde o ser humano faz parte dos processos ecológicos. Por outro lado é reforçado o ideal de natureza proveniente do pensamento ocidental que busca “conservar” e “preservar” o que ainda resta de recursos naturais na região (ZANONI et. al., 2000).

Podemos agrupar o fomento a sistemas produtivos de base ecológica, a organização social e governança das políticas públicas voltadas ao meio ambiente, e os projetos socioambientais em um conjunto de iniciativas que buscam a relação do ser humano com o meio. Entretanto tais iniciativas se contrapõem a noção de natureza⁴ que busca na criação de áreas de preservação “intocadas”, garantir a manutenção dos recursos naturais. Essas últimas iniciativas, na maioria das vezes, se materializam com a criação de unidades de conservação de proteção integral e excluem a presença humana com métodos de fiscalização e punição das pessoas cujos territórios são sobrepostos pelo regime jurídico-administrativo da unidade de conservação da natureza de uso indireto ou integral (YU, 2004).

Buscando escapar da contração entre as noções de ser humano e natureza, um grupo de pessoas vinculadas a diferentes organizações vem, desde o ano de 2007, constituindo iniciativas que deram origem a um arranjo organizacional, capaz de fortalecer iniciativas contra-hegemônicas, tais como os Sistemas Agroflorestais, que buscam integrar a presença humana, a produção de alimentos com a garantia da diversidade biológica e o equilíbrio ecossistêmico.

A iniciativa de formação do arranjo institucional voltado para o fortalecimento de sistemas produtivos de base ecológica se inicia em 2007, com a realização de algumas atividades envolvendo diversas instituições e grupos de agricultores com o objetivo de fortalecer a agroecologia na região. Essa aproximação entre diferentes instituições se

⁴ Como se não bastasse a distancia entre o ideal e o real (Friedrich, 2012, p. 24), a noção de natureza se apresenta de múltiplas formas para a ciência (LATOUR, 2004, p. 37).

inicia através da relação entre professores do Setor Litoral da UFPR e técnicos da Emater – PR com atuação nos municípios de Antonina – PR, Matinhos – PR, Morretes – PR e Paranaguá – PR (PROJETO FEIRAS, 2010).

Com o fortalecimento da relação entre essas instituições, começam a se desenvolver iniciativas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar através da comercialização em feiras livres da agricultura familiar, tema fomentado pelo projeto de extensão *Feiras: sabores, memórias e identidades das comunidades de agricultores familiares do litoral paranaense*, coordenado pela Universidade Federal do Paraná (PROJETO FEIRAS, 2010). Outra temática desenvolvida pelo grupo foram as alternativas para o uso do fruto da palmeira Juçara (*Euterpe edulis*), temática desenvolvida pelos projetos de extensão *Juçara 1 e 2*, coordenado pela Empresa brasileira de pesquisa agropecuária - Embrapa Florestas (PROJETO JUÇARA 2). Mas a temática que agregou os dois projetos foi a dos sistemas agroflorestais. Essa iniciativa foi promovida com base no trabalho conjunto da UFPR, Embrapa, Emater e Cooperafloresta. Essas iniciativas foram ampliadas pelos agricultores que passaram a integrar o grupo institucional e pautar outras temáticas como a reforma agrária, as barreiras impostas pela legislação e fiscalização ao manejo das áreas de regeneração, a agroindustrialização, a organização para comercialização dos produtos.

No momento em que este trabalho de pesquisa foi realizado, no ano de 2014 e 2015 faziam parte do arranjo: agricultores que trabalham com sistemas agroflorestais na região do litoral do Paraná, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, o Instituto agrônomo do Paraná – IAPAR, a Universidade Federal do Paraná – UFPR, a Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR - Cooperafloresta⁵, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR, a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva – COOPTRASC e a Motirõ Sociedade Cooperativa.

A estratégia de articulação social (para além dos conselhos de políticas públicas) passa a ser o fortalecimento dos grupos de agricultores e instituições de apoio à agricultura familiar. Esses grupos começam então a construir um espaço com o objetivo

⁵ A Cooperafloresta assume no arranjo o papel de entidade de assistência técnica e extensão rural. A partir da sua experiência desde a década de 1990, na região do Vale do Ribeira, nos Estados do Paraná e São Paulo a Cooperafloresta inicia o trabalho de implantação e manejo de áreas de Sistemas Agroflorestais no litoral do Paraná.

de desenvolver estratégias para o enfrentamento as restrições legais, ambientais, de geração de renda e de organização social.

No ano de 2011 a Cooperafloresta passa a integrar o arranjo institucional que busca promover alternativas de produção de base ecológica. A Cooperafloresta assume no arranjo o papel de entidade de assistência técnica e extensão rural. A partir da sua experiência desde a década de 1990, na região do Vale do Ribeira, nos Estados do Paraná e São Paulo a Cooperafloresta inicia o trabalho de implantação e manejo de áreas de Sistemas Agroflorestais no litoral do Paraná.

Na sequência, no final do ano de 2012 foram realizadas reuniões para a organização de atividades de mutirão agroflorestal que visavam o plantio, o manejo e a comercialização da produção agroflorestal das famílias envolvidas com as ações das organizações que integram o arranjo. A construção, o acompanhamento e a avaliação de planos para o fortalecimento da agricultura familiar (reuniões de gestão das ações e projetos, envolvendo as diversas instituições participantes desta iniciativa) passam a ocorrer de forma periódica.

Os limites impostos pela gestão desses espaços não é muito diferente dos espaços formais (como os conselhos). Por mais que seja constituído por organizações com maior entrosamento e interesse com a temática dos sistemas agroflorestais de base agroecológica⁶, fatores como a distância entre as pessoas e as sedes das instituições que participam da rede⁷, a ausência de mecanismos coletivos de gestão, e a não sistematização das experiências (de modo que os envolvidos possam se apropriar do processo de gestão), implica em obstáculos para o aumento no desempenho das ações do arranjo organizacional.

Esta iniciativa, de realização de encontros, ações e projetos com base no trabalho coletivo das instituições e grupos de agricultores situados no litoral paranaense está de

⁶ O conceito de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, utilizados no presente trabalho está de acordo com o de Siddique (2014), onde são considerados como: “*Sistemas de manejo da terra que integram cultivos herbáceos e lenhosos simultânea e intencionalmente com fins produtivos que visam a provisão de múltiplos benefícios sócio-econômicos, ecológicos, e culturais, assim como a redução de insumos externos, desta forma aumentando a sustentabilidade e resiliência do sistema agroalimentar*” (SIDDIQUE, 2014, p. 17).

⁷ As únicas organizações com sede no município de Morretes - onde ocorrem os mutirões agroflorestais analisados no presente trabalho - são a Associação Prosperidade Pantanal, e o Instituto agrônomo do Paraná - IAPAR.

acordo com Sachs (2008, p. 62), que afirma que o empoderamento das comunidades e a abertura de espaços para a democracia direta constituem a chave para as políticas de desenvolvimento.

O acompanhamento das diferentes instituições durante o surgimento de instrumentos de fortalecimento da gestão dos espaços e das atividades de fomento dos SAFs no litoral do Paraná se torna fundamental para dar sustentação ao desenvolvimento do território.

O processo de desenvolvimento territorial sustentável deve nesta perspectiva passar pela promoção de reflexões que levem a formalização das experiências pelos sujeitos da ação. Essa formalização deve ser entendida como o processo de sistematização e de organização das experiências do arranjo de fomento da produção de base agroflorestal, a fim de que os sujeitos envolvidos com as iniciativas possam revivê-las e ressignificá-las, tomando para si as rédeas da construção de novas experiências.

Nesse sentido esse projeto de pesquisa buscou se integrar às ações desse arranjo territorial, a fim de promover processos de aprendizagens, contribuindo no desenvolvimento das organizações e das pessoas que trabalham com os sistemas agroflorestais agroecológicos no litoral do Estado do Paraná.

Na sequência são apresentados os pressupostos teóricos onde as noções de participação e desenvolvimento são problematizadas e onde é apresentada a teoria histórico-cultural que se constitui na centralidade teórica da pesquisa. Na terceira parte do trabalho é apresentada a problemática, os objetivos e as hipóteses do trabalho. Na quarta parte os procedimentos metodológicos são apresentados, demonstrando o caminho percorrido pela pesquisa. Na quinta parte são discutidos os dados da pesquisa e os resultados alcançados. Por fim são tecidas algumas considerações finais, onde algumas limitações e possíveis desdobramentos do trabalho são evidenciados.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

A partir da década de 1970 um conjunto de teorias alternativas se propõem a debater a noção de desenvolvimento de forma mais ampliada, considerando não só aspectos econômicos como também ambientais e ecológicos. Elas surgem principalmente devido as limitações das clássicas teorias econômicas de desenvolvimento que não consideram a natureza como externalidade do processo econômico (CAVALCANTI, 2010). Partindo de uma perspectiva composta por elementos econômicos, ambientais, culturais, políticos, sociais e civis (SACHS, 2008, p. 37), essas correntes alternativas a economia neoclássica se estabelecem principalmente nos países da periferia do sistema capitalista (FURTADO, 1983, p. 37).

A valorização e a incorporação de aspectos voltados a racionalidade ambiental e social contribuem para que a partir da relação entre os processos individuais e coletivos sejam encontrados e criados recursos específicos (LEFF, 2004, p. 25; PECQUEUR, 2005, p. 17). Segundo Pecqueur (2005, p. 13) esses recursos específicos se expressam através de processos cognitivos, possíveis a partir do compartilhamento de diferentes competências e, dessa forma, produzem conhecimentos novos.

A confusão comumente gerada entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento tem dificultado a diferença entre as duas abordagens e conseqüentemente confundido as concepções e implementação de políticas públicas em diferentes níveis de governo. Essa confusão pode ser verificada em projetos coordenados por entidades públicas e privadas que buscam trabalhar com predominância a dimensão econômica.

O conceito de desenvolvimento pode por outro lado se tornar fonte de tensões que contribuem para a superação da pobreza. Um estudo realizado na Costa do Marfim demonstra como a noção de desenvolvimento pode ser apropriada de maneiras diferentes, de acordo com interesses políticos e econômicos das sociedades. No estudo, DOUMBIA (2011) descreve que as normas impostas pelas entidades supranacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial na maioria das vezes associa a noção de desenvolvimento com a de crescimento econômico, mesmo que a concepção

de crescimento leve em consideração os interesses de atores econômicos de âmbito nacional⁸ ele não considera os avanços sociais (Dolumbia, 2011. p. 119).

No âmbito brasileiro, autores como FURTADO (1983) apresentam argumentos contra a confusão conceitual que mistura as noções de crescimento e desenvolvimento. Para o autor o processo de desenvolvimento se diferencia radicalmente do ideário do crescimento devido ao seu projeto social subjacente.

A confusão gerada entre a noção de crescimento e desenvolvimento se dá, não raras as vezes, devido a ideia de relação entre a modernização das elites – no caso do crescimento (FURTADO, 1983). O desenvolvimento, para Furtado deve ser pautado na construção de um processo que considere o crescimento econômico atrelado ao efeito de transbordamento. Tal atrelamento entre crescimento e desenvolvimento só é possível após a existência de um projeto social que pautar as prioridades econômicas a favor da melhoria da qualidade de vida da maioria da população do país.

No Brasil, nas décadas de 50, 60 e 70 o pensamento econômico que pautou as ações do país, valorizou aspectos macroeconômicos e de internacionalização, fato que possibilita a confusão entre o processo de industrialização com o desenvolvimento da nação. Para FURTADO (1983) são necessários para que se inicie um processo sólido de desenvolvimento, alguns fatores fundamentais: 1. uma reforma agrária que desconcentre a terra e a renda, fortalecendo assim o mercado interno; 2. um processo de industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda pelas diversas parcelas da população. Para que estes dois fatores sejam implementados em uma política nacional é necessário atuar em duas áreas complementares, a educação e a cultura para a inovação. Segundo o autor só então é possível construir um modo de vida que valorize a sociedade nacional e não sujeite a população a um modo de vida importado dos países do centro do sistema capitalista.

A importação dos modos de produção e consumo dos “países do centro” se coloca como sendo a base da crítica de Furtado (1983) em sua obra: O mito do desenvolvimento econômico. O modelo de consumo hegemônico, dos países do centro do sistema capitalista, não deve ser adotado pelos países da periferia do sistema capitalista, uma vez que a sobrecarga em cima dos recursos naturais e a geração de dejetos provocados pela importação deste padrão de consumo levaria o planeta a um

⁸ Representados, no trabalho de DOUMBIA (2011), através do Documento Estratégico para a Redução da Pobreza – DREP.

colapso em um curto espaço de tempo. A problemática ambiental é então colocada como uma preocupação no processo de desenvolvimento nacional, onde a partir do mercado interno, novos padrões de consumo devem ser pensados a fim de garantir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e não ocasionar a sobrecarga no uso dos recursos do país.

Para Furtado (1983) o desenvolvimento é visto como a capacidade de criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade e qualquer tentativa de bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade acaba frustrando o verdadeiro desenvolvimento. Para o autor a necessidade de se dinamizar o mercado interno está na base do processo de desenvolvimento de um país.

Outro pensador que problematiza a noção de desenvolvimento é o economista indiano Amartya Sen. Para Sen (2000), só é possível atingir um processo de desenvolvimento quando alguns grupos de liberdades são garantidas para a maioria da parcela da população. O autor define a liberdade enquanto ampliação das possibilidades de escolhas dos agentes. Liberdade se constitui, nessa perspectiva, como sendo a ampliação do Estado, onde as pessoas tenham maior acessibilidade aos serviços públicos somados à assistência e aos direitos civis.

O autor reúne em dois grupos de liberdades, as que ele considera como fundamentais para o processo de desenvolvimento de uma sociedade. O primeiro grupo apresentado é o das liberdades instrumentais que reúnem as liberdades políticas, econômicas, sociais, de transparência e de segurança (proteção das pessoas). Para o autor este grupo de liberdades instrumentais são “os meios” para se alcançar as liberdades substantivas, que se constituem na garantia dos direitos enquanto “fins” da atuação do Estado. Fazem parte das liberdades substantivas a liberdade de morar, de vestir, de comer, de ter acesso à saúde e educação.

A relação forte entre os dois grupos de liberdades aumentam as possibilidades das pessoas em ter acesso a serviços e direitos básicos para sua sobrevivência. O aumento das capacidades proporcionadas pelo acesso a estas liberdades resultam em agentes mais autônomos, fator necessário para o desenrolar do processo de desenvolvimento, dentro desta perspectiva.

Parece pertinente nesse momento pontuar alguns aspectos em comum desenvolvidos nas abordagens de desenvolvimento em Celso Furtado e Amartya Sen. O

primeiro elemento que aparece em comum no pensamento dos autores é o fato de que a economia está atrelada ao processo de desenvolvimento e não o contrário. Podemos perceber de forma mais clara este aspecto quando analisados a centralidade que a melhoria da “qualidade de vida” assume nas concepções de desenvolvimento dos dois autores. Celso Furtado (1983) ataca esta problemática levantando as questões da importação dos modos de vida dos países do centro do sistema capitalista, da dependência dos países em desenvolvimento de uma lógica criada no centro e mantida com base na dependência cultural e dos modelos de produção e consumo incorporados pelos países da periferia. Por outro lado a relação que Sen (2000) estabelece entre a melhoria da qualidade de vida da população e a ideia de desenvolvimento está pautada principalmente na remoção das principais fontes de privação de liberdade e na ampliação das disposições sociais e dos direitos civis das pessoas.

Outro ponto em comum que aparece nos textos dos dois autores é a necessidade de participação política, da maior parte da população, nas decisões da nação. Entretanto algumas peculiaridades na forma como se dá esta participação é própria de cada autor. Para Furtado as decisões econômicas de um país devem ser pautadas por um projeto social que incluam as demandas das camadas da população que historicamente foram reféns do modelo econômico dominante. Para Amartya Sen esta participação se dá de forma direta, com o envolvimento das pessoas em espaços formais de tomada de decisão, onde a base para conquistar a participação nos moldes propostos, se constitui em assegurar a liberdade de participação política, atrelada com a liberdade de transparência, necessária para que as pessoas possam apresentar aos outros grupos demandas relacionadas as suas liberdades substantivas.

2 DESENVOLVIMENTO GLOBAL OU LOCAL?

As abordagens econômicas do desenvolvimento contribuem para se pensar processos em uma escala macro e sobretudo generalizantes (SCHWARTZ, 2009) . As decisões dos programas de desenvolvimento no nível de governos possuem influências que são na maior parte das vezes pouco aderente ao cotidiano e a vida das pessoas. As especificidades e as situações localizadas e contextualizadas no real são pouco influenciadas por essas perspectivas. A virtualidade gerada por índices e variáveis

econômicas e sociais no âmbito das políticas públicas são necessárias para a organização e condução de processos em um nível macro, mas possuem pouca influência na condução e desenvolvimento das pessoas.

A relação entre o global e o local passa então a apresentar um limite evidente: como desenvolver regiões e ao mesmo tempo desenvolver as pessoas que habitam essas regiões? Quais são os sentidos que a noção de desenvolvimento assume nessas duas escalas de análise?

As concepções de aderência e desaderência de Yves Schwartz (2009) parecem contribuir com essas questões. Para o autor a noção de aderência está vinculada ao contexto local, da vida cotidiana e de proximidade, de trocas e relações sociais entre as pessoas. Assume com essa noção a importância das conexões entre pessoas, da trama de relações e relacionamentos que antecedem qualquer processo globalizante. São os vínculos e as ligações enraizadas que garantem a “aderência” das pessoas entre si e de si com os lugares.

Já a noção de desaderência, apresentada pelo autor está situada no campo das generalizações, dos padrões e modelos generalizantes. A ciência e o Estado são exemplos de instituições que produzem essas generalizações, a partir de teorias, variáveis de análises, indicadores e políticas públicas. Pertence ao campo da desaderência as ações globalizantes, os padrões consolidados, as convenções.

A partir das concepções de aderência e desaderência podemos elaborar questões que nos levem a pensar o estado atual das políticas públicas, das ações das estruturas do Estado e da Sociedade que buscam intervir na transformação da vida das pessoas. Seguindo esse caminho: qual a efetividade das ações do Estado em transformar com o contexto social local?

Seguindo Schwartz (2009), nossa concepção é de que a vida humana está imersa em um universo de normas representados pelos sistemas jurídicos, prescrições técnicas voltadas à vida urbana e rural. Práticas modernas e tradicionais de relação com a terra, com as plantas, os animais, consigo mesmo e com os outros humanos são exemplos materializados do funcionamento das normas no cotidiano.

Os projetos externos, construídos sem o envolvimento dos grupos humanos locais, encontram na maioria das vezes dificuldades na sua realização, estão assim, expostos às variabilidades do real, e são constantemente renormalizados a partir desse

contato dentre as prescrições globais e locais. No contexto das políticas públicas:

O conceito de desenvolvimento sofre com as tentações que levam a pensá-lo somente na desaderência, ou seja [somente em uma perspectiva científica e governamental do conceito]. Tendo em vista que o conceito de desenvolvimento, desvinculado do contexto local, é normalmente pensado a partir de conhecimentos sobre (des)equilíbrios ecológicos, fluxos de trocas financeiras, econômicas, culturais e relações de força no eixo geopolítico (Schwartz, 2009; p. 267).

Como apresentado por Schwartz (2009) a noção de desenvolvimento assume diferentes sentidos dependendo do contexto em que é utilizado. Seguindo o autor a perspectiva de desenvolvimento que nos cabe, quando voltamos nossa atenção para o trabalho de coletivos e para o acompanhamento da atuação do sujeito em coletivo no mundo é uma perspectiva voltada para o desenvolvimento das pessoas e dos coletivos. Nesse sentido consideramos como pertinente a aproximação com a teoria histórico-cultural a fim de que elementos da relação do sujeito com o seu meio possam ser trabalhadas para além das generalizações possíveis.

3 TEORIA DA ATIVIDADE

Como vimos a noção de desenvolvimento pode assumir diferentes formas e sentidos, podendo se tornar problemática, principalmente quando não se considera a multiplicidade de formas que a vida social assume em diferentes contextos. Entretanto para a compreensão do que será debatido nesse trabalho é necessário compreender o desenvolvimento enquanto a capacidade das pessoas de atuarem no mundo (FRIEDRICH, 2012), ou seja, a relação das pessoas consigo mesma, com as outras e com o meio no qual estão inseridas.

Um dos autores centrais que contribui na compreensão do desenvolvimento humano a partir das relações psicológicas do indivíduo com o seu meio é Lev Sémionovitch Vygotsky (1896-1934) (FRIEDRICH, 2012). Portanto é fundamental a compreensão de como a noção de desenvolvimento pode ser empregada nas análises da ampliação das capacidades humanas de atuação em si mesmo, nos outros e no meio em que está inserida. Essa corrente de pensamento iniciada por Vygotsky, no âmbito da psicologia, é conhecida como teoria histórico-cultural ou teoria da atividade (FRIEDRICH, 2012, p. 13).

Os escritos de Vygotsky enfrentam diferentes interpretações, promovidas pela dificuldade no acesso aos seus escritos originais. Essa diferença na forma de compreender a teoria histórico cultural é expressada por Daniels (2011, p. 164) quando afirma que:

há indubitáveis tensões entre as contribuições para o desenvolvimento da teoria da atividade por ocasião de seu começo, em sua migração para o Ocidente e em seu desenvolvimento subsequente na Rússia. Essas são Questões importantes que deveriam ser compreendidas e reconhecidas, mas não autorizadas a desviar a atenção da contribuição fundamental à ciência social que está sendo efetuada por esse campo.

O mesmo autor afirma que na mão dos ideólogos do controle stalinista, parecia como se o que restara da Psicologia Russa se tornaria uma teoria da determinação em vez de uma teoria da mediação. Portanto as origens da diversidade de interpretações sobre os escritos de Vygotsky fazem parte de um contexto efervescente da Rússia no início do século XX, inspirada pela disputa de grupos de pressão favoráveis ou não a Revolução de 1917. Mesmo com esse contexto, as essências das ideias de Vygotsky sobre a mediação sobreviveram, embora por vezes, tivessem que ser manejadas em segredo (DANIELS, 2011, p. 165).

Os aportes dessa perspectiva contribuem na compreensão da relação da pessoa com o seu meio, seja o meio físico (material) artefatos materiais presentes no mundo, ou com o meio cultural (imaterial) representados por valores, signos e hábitos. Portanto a mediação entre o sujeito e o ambiente que o circunda é o eixo central das análises desenvolvidas pela Teoria da Atividade.

Análise de esquemas de funcionamento e de organização capazes de constituir sociedades, normas e significados são considerados na teoria da atividade como constituintes do mundo real. A não separação entre objetos materiais e imateriais possibilita o compartilhamento de objetos entre diferentes atividades. É possível considerar portanto a noção de objetos fronteiras, que garante à Teoria da Atividade a possibilidade de análises do desenvolvimento humano tanto na sua dimensão física como na sua dimensão virtual (CAROLY; BARCELLINI 2013, p. 8). A perspectiva de desenvolvimento compreendida no presente trabalho, ou seja, a do desenvolvimento sobretudo das pessoas, se enriquece com as contribuições da teoria histórico-cultural,

uma vez que essa abordagem teórica se preocupa com o desenvolvimento dos sujeitos em sua atividade (FRIEDRICH, 2012).

A noção de mediação se coloca no centro do processo de relação do interior com o exterior do indivíduo. Para essa perspectiva, a todo instante estamos realizando mediações entre o mundo externo e nossas concepções e normas interiorizadas, acumuladas e (re)significadas a partir das nossas experiências no mundo. A noção de mediação desenvolvida por Vigotsky (DANIELS, 2011, p. 16) se torna central na sua teoria, pois é através da relação entre a pessoa e o mundo que somos capazes de transformá-lo, de modificarmos os objetos com os quais nos relacionamos. Para Vigotsky:

as ferramentas psicológicas, os signos e os artefatos físicos são a todo instante utilizados no desenvolvimento da atividade humana, que tem como principal objetivo modificar, trabalhar, moldar um objeto de acordo com nossas intencionalidades (VIGOTSKY apud DANIELS, 2011, p. 19).

A mediação portanto é central na ação humana. A partir das “ferramentas psicológicas” é que o indivíduo estabelece conexões entre as suas dimensões internas e externas. Se tornam portanto fundamentais na ação consciente da pessoa consigo mesmo ou com o seu meio. Cabe destacar que as ferramentas psicológicas, ou instrumentos psicológicos, como veremos mais adiante, são colocados em uso sobre um substrato da ação humana, que é a atividade.

A noção de atividade, assim como a de desenvolvimento, pode ser compreendida de formas diferentes. Como nosso contexto de análise se dá a partir de situações concretas de trabalho descrevemos na sequência, algumas perspectivas teóricas que contribuem na reflexão da atividade em situações de trabalho.

Encontramos na Ergonomia da Atividade, uma noção de atividade que congrega dois tipos diferentes de realidade: a realidade enquanto fato histórico e a realidade enquanto fato virtual. A realidade enquanto fato histórico é composta pela realidade do Operador, o que ele sente fazendo-a. As experiências do que foi física ou materialmente realizado integram essa dimensão histórica da atividade. Já a realidade enquanto fato virtual comporta o objeto que a ergonomia busca compreender, ou seja, o que o Operador faz, mas cujo conhecimento do analista do trabalho e do próprio trabalhador sempre escapa (HUBALT, 2004, p. 122).

Para Yves Clot a atividade realizada é apenas uma dentre as múltiplas atividades possíveis de serem realizadas (TOMÁS, 2010, p. 61). E é a união entre o que foi realizado com as possibilidades não realizadas – definidas como real da atividade - que a todo o momento interfere no desenvolvimento da atividade realizada. A contextualização e a evidencia das diversas possibilidades de realização das atividades, tornam o sujeito profundamente integrado, enraizado com a atividade e, portanto capaz de transformá-la, se tornando sujeito do seu desenvolvimento.

Seguindo a tradição de Vygotsky, Folcher e Rabardel (2007) apresentam que os elementos básicos de toda atividade são: sujeito, objeto, instrumentos e outros. A mobilização de diversos artefatos técnicos, simbólicos e psicológicos possibilitam ao sujeito relacioná-los e reorganizá-los a fim de melhor desenvolver sua atividade. A disponibilidade destes artefatos muitas vezes se dá pela relação do sujeito com seu contexto social, com o seu meio e com a prática de uso destes artefatos, transformando-os em instrumentos.

O estoque de experiências anteriormente vivenciadas pelos sujeitos, em relação com as condições do ambiente - envolvendo barreiras e impedimentos para executar suas ações - e a disponibilidade ou não dos artefatos técnicos, possibilitam ao sujeito - no nosso caso os agricultores - agir sobre a realidade.

Os limites impostos pelo meio levam o sujeito a buscar novos modelos e esquemas de uso dos artefatos disponíveis. Processos de adaptação no uso dos artefatos, definidos como catacreses (RABARDEL, apud SANTOS, 2004), são realizados a fim de deslocar o uso de determinado artefato possibilitando atribuir-lhe novas funções e sentidos.

A apropriação de novos artefatos se articula com o desenvolvimento dos coletivos de trabalho (CUVELIER e CAROLY, 2009). Neste sentido a noção de coletivo de trabalho é mais forte que a noção de grupo, estrita à sociologia (Caroly e Barcellini, 2013., p. 35). O coletivo faz parte da atividade e não é somente um determinante da situação de trabalho. A atividade desenvolvida pelos coletivos de trabalho são denominadas de atividades coletivas, elas não são meramente a soma das diferentes atividades individuais, o coletivo de trabalho favorece o desenvolvimento das aprendizagens e a preservação da saúde dos trabalhadores (Idem, p. 37).

4 O GÊNERO PROFISSIONAL

Segundo Roger (2013) o gênero profissional no âmbito da clínica da atividade se constitui com base em três fundamentos. O primeiro que foi incorporado dos trabalhos de Mikhail Bakhtin (1895 – 1975) e diz respeito a noção de gêneros dos discursos que permitem ao sujeito dispor de um estoque de enunciados esperados do qual ele se serve para organizar sua fala e fazer-se entender pelos outros (Idem. p. 134)

Para Clot (2010, p. 120) os gêneros do discurso garantem que a existência dos discursos já iniciados, no passado, conduzam os que agora se desenvolvem, criando possibilidades e restrições para enunciados futuros. Os gêneros do discurso na concepção do autor fixam o regime social de funcionamento da língua, trata-se de um estoque de enunciados previsíveis, protótipos das maneiras de dizer ou de não dizer, em um espaço tempo sociodiscursivo.

Clot (2000) afirma que no caso do gênero do discurso desenvolvido por Bakhtin, ele se constitui no meio pelo qual as tradições adquiridas são experimentadas e se preservam sob um acúmulo de palavras. Os autores lembram também que o gênero é sempre ligado a uma situação no mundo social (CLOT e FAÏTA, 2000, p. 10) e portanto encontram-se enraizados no contexto do ofício em que foram criados.

Outro fundamento que integra a noção de gênero profissional é o fato de que existem atividades contrariadas na ação do trabalho e que o acúmulo dessas atividades podem dar origem a perda de sentido e sofrimento, mas podem também ser fonte de energia e de mobilização (ROGER, 2013, p. 134)

A cristalização da atividade de trabalho está presente em situações onde o trabalhador não encontra meios para desenvolver sua atividade. Cessa portanto a busca pela resolução de problemas e a estagnação imobiliza o trabalhador perante aos condicionantes externos e internos da sua atividade.

A importância do gênero enquanto força mobilizadora da atividade se dá no seu uso enquanto instrumento para a ação do trabalhador. A atividade se desenvolve a partir de pressupostos coletivos que garantem ao sujeito instrumentos e condições para superar os impedimentos apresentados pelo contato com o real. Esse uso do gênero pelo sujeito a fim de superar os desafios que pressionam a atividade em direção à cristalização é

apresentado por Clot (2010, p. 35), onde o gênero profissional é o instrumento coletivo da atividade, permitindo colocar os recursos da história acumulada a serviço da ação presente de uns e de outros.

O terceiro fundamento que, segundo Roger (2013, p. 134), compõe o gênero profissional é a concepção do social na teoria de desenvolvimento do Vygotsky. O sujeito no desenvolvimento de sua atividade, se vê colocado a operar com o estoque de experiências e pressupostos coletivos do gênero profissional. O coletivo integra portanto a atividade do sujeito, mesmo que ele esteja desenvolvendo sua atividade individualmente.

Seguindo essa tradição Clot e Faïta (2000, p. 9) nos lembram que o gênero profissional situa-se entre o prescrito e o real. O gênero profissional se torna referência para os trabalhadores novatos, uma vez que compartilha com os recém chegados os pressupostos historicamente constituídos pelos trabalhadores experientes. O gênero, nessas situações se transforma no meio, que possibilita a relação entre as objetos e as pessoas.

Com a existência do gênero profissional, duas pessoas que nunca se viram antes podem trabalhar juntas na resolução de um mesmo problema complexo (CLOT, 2007, p. 36). O gênero profissional segundo Clot é composto por quatro dimensões indissociáveis, complementares e que atuam simultaneamente na atividade. Para o autor, a dimensão impessoal é a que acomoda imediatamente os sujeitos em atividade estabelecidas no gênero profissional (Idem). Esse componente, congrega as regras de coordenação que são fundamentais para o trabalho em cooperação.

Para Clot (2007, p. 37) o gênero profissional é considerado como um:

referencial comum de conhecimentos operativos [...], um componente do corpo social e simbólico que se interpõe entre as pessoas no trabalho [...] esse referencial elaborado em comum estabelece regras não escritas e não imutáveis numa situação comunicacional que pressupõe a elaboração comum. Ele inscreve as habilidades consideradas na história de um coletivo.

O gênero se apresenta então como uma teia que conecta pontos de referências que possibilitam ao sujeito se situar na atividade. A relação entre os sujeitos que realizam atividades similares é facilitada pelo vínculo desses sujeitos com o gênero profissional ao qual pertencem. O gênero é a história de um grupo e memória impessoal de um local de trabalho (Idem, p. 38).

Essa teia é produtora, ao mesmo tempo que produzida, por regras constituídas pelo estoque de normas acumuladas e desenvolvidas pelo coletivo que se utiliza do gênero. O gênero conserva a história, ele constitui uma perspectiva da atividade pessoal que se realiza através dele. Portanto o componente impessoal do gênero constitui e se auto-constitui através do componente pessoal do sujeito, que desenvolve sua atividade atravessada pelo gênero profissional.

Regras não escritas estão presentes na dinâmica de formação do gênero profissional e estruturam uma relação obrigatória de cooperação para a realização do trabalho. Na realização do trabalho os sujeitos buscam nas regras os caminhos possíveis para a realização de suas ações. São as regras e normas, constituídas pelos valores de cada sociedade que pré-ordenam as ações dos sujeitos, elas criam as condições para que a ação se realize em determinados contextos e não em outros. Citando Terssac, Clot (1992 *apud* Clot 2006, p. 37) afirma que as habilidades não podem ser isoladas do contexto social de seu uso.

5 A DISTÂNCIA ENTRE O TRABALHO COLETIVO E O COLETIVO DE TRABALHO

Em suas pesquisas Caroly (2010, p. 98) estabelece a diferença entre grupo de pessoas, equipes, coletivo de trabalho e rede. Para ela os grupos são um conjunto de pessoas constituído voluntariamente e de tamanho limitado (ANZIEU e MARTIN, 1990 *apud* CAROLY, 2010, p. 98). Já as equipes, são estruturadas por prescrições mais ou menos precisas que definem uma tarefa coletiva, os objetos e as condições da atividade. Nessa concepção a equipe é um grupo de sujeitos que possuem um ou mais ofícios, tendo prescrições, tarefas e objetivos comuns, além dos meios para a realização das tarefas partilhados entre si (Idem, p. 98).

Para CAROLY, LORIOU e BOUSSARD (2006, p. 7) compreender o coletivo de trabalho necessita previamente identificar o que faz o trabalho coletivo. A cooperação entre os sujeitos que integram o coletivo de trabalho é fundamental para a vitalidade do trabalho.

A cooperação pressupõe confiança na relação entre as pessoas, onde cada um conhece os princípios éticos que organizam a conduta do outro (MACHADO et. al., 2010, p. 701). Esses elementos não são prescritos ou importados de fora, mas são construídos

pelos próprios sujeitos que integram o coletivo de trabalho. A cooperação se funda na partilha de regras e de princípios de trabalho (Idem).

A entrada de um principiante em um coletivo estabelecido passa pela aceitação dele pelo grupo, conforme o principiante segue as regras colocadas pela prescrição do grupo. No contato do novo integrante do grupo com as regras ele coloca suas intenções pessoais e significa as regras de acordo com o seu estoque de regras e valores. A tensão entre os valores pessoais do novo integrante e as regras estabelecidas previamente pelo coletivo já estabelecido leva a uma tensão que por vezes promove a transformação das regras do grupo e a vitalidade na produção de normas pelo coletivo de trabalho.

Nesse momento a relação entre o impessoal e o componente pessoal, implicado pelo sujeito no coletivo de trabalho, promove a transformação do coletivo. Se os novos integrantes do coletivo de trabalho imprimem sua marca no grupo, os outros sujeitos também tencionam as regras estabelecidas, conforme o contato com as situações de trabalho real encaradas pelo coletivo de trabalho.

Com base em uma perspectiva do desenvolvimento, seguindo a tradição de Vigotsky, Caroly (2010, p. 89) define a atividade coletiva como uma articulação entre o trabalho coletivo e o coletivo de trabalho. Para a autora a atividade coletiva é o que anima o funcionamento das organizações, esse processo de animação amplia o poder de agir dos coletivos, que por sua vez, se constitui na saúde dos indivíduos (CAROLY, 2010, p. 92).

Em seu trabalho sobre a contribuição da atividade coletiva para a resiliência organizacional (CAROLY, 2010), a autora afirma que a noção de atividade coletiva permite também renovar os quadros teóricos da atividade e da intervenção em ergonomia. Com base nessa afirmação, ela defende que se pode avançar para a concepção de organizações que integrem a atividade coletiva, o que facilitaria a repartição das tarefas pela equipe (trabalho coletivo), favorecendo os processos de reelaboração de regras (passagem do trabalho coletivo ao coletivo de trabalho) e aportando os meios de desenvolvimento do coletivo (constituição das equipes, por exemplo) (Idem, p. 92).

No trabalho coletivo estão presentes os modos de cooperação e colaboração entre os membros de uma equipe. Esses processos de cooperação e colaboração facilitam em certos casos a implementação de regulações individuais e coletivas que podem gerar perturbações em situações características por conflitos de objetivos. As

perturbações para o desenvolvimento da atividade devem ser vistas como um recurso para que todos os membros da equipe ampliem a diversidade de prescrições e os processos de reelaboração de regras (CAROLY, 2010, p. 89).

O coletivo de trabalho corresponde tanto ao funcionamento das relações sociais entre os membros da equipe, e o funcionamento do gênero profissional, como na elaboração e reelaboração das regras do trabalho. Ele surge de um debate de normas e contribui para organizar estas normas entre os profissionais influenciando dentre outros aspectos sobre o sentido do trabalho, o reconhecimento dos gestos da profissão e os critérios do trabalho bem feito (CAROLY, 2010, p. 89).

A combinação do trabalho coletivo e do coletivo de trabalho, na atividade coletiva, favorece o desenvolvimento das competências necessárias e pode ser um recurso para a qualidade da saúde individual e o desenvolvimento da vitalidade do coletivo de trabalho (CAROLY, 2010, p. 89).

TABELA 1.: RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE TRABALHO COLETIVO E O COLETIVO DE TRABALHO

Atividade Coletiva	Favorece o desenvolvimento das competências; se constitui como um recurso para a saúde individual; promove o desenvolvimento da vitalidade do coletivo de trabalho;
Trabalho Coletivo	Cooperação; Colaboração; Regulações individuais e coletivas; perturbações por conflito de objetivos; recurso para ampliar a diversidade de prescrições na reelaboração de regras;
Coletivo de Trabalho	Funcionamento das relações entre a equipe; Funcionamento do gênero profissional; Funcionamento das regras; Organiza o debate de normas; dá sentido ao trabalho; reconhece os gestos profissionais; estabelece os critérios para o trabalho bem feito;

FONTE: Adaptado de CAROLY, 2010.

Caroly e Barcellini (2013, p. 38) identificam que as teorias de reconhecimento partilham a ideia de que o reconhecimento do trabalho do outro supõe um reconhecimento da qualidade do trabalho e do sujeito. Esse reconhecimento tanto do trabalho como do sujeito que o realiza se torna o motor para a construção de relações de confiança, fundamentais ao desenvolvimento da atividade coletiva (Idem).

Segundo Caroly (2010, p. 90) a atividade coletiva enquanto lugar de reelaboração das regras incorpora e adapta as pressões do cotidiano sobre o coletivo. Essa

reelaboração se realiza no curso da ação, e o motor para sua emergência são as situações de conflito de objetivos (Idem). Para a autora a reelaboração das regras são resultantes da atividade coletiva, esse processo de reelaboração se constitui em um traço do trabalho coletivo. A importância do processo de reelaboração das regras, durante o desenvolvimento da atividade coletiva é reforçado quando Caroly (2010, p. 90) afirma que a reelaboração das regras permitem ao trabalho coletivo ser mais eficiente e fazer face às situações críticas no trabalho, mas essas reelaborações contribuem também ao enriquecimento do coletivo de trabalho.

A dimensão da saúde abrange a atividade humana e permite que os indivíduos e os coletivos se protejam das influências externas. Segundo a autora a saúde é antes de tudo individual, mas se pode falar de vitalidade do coletivo para designar as dimensões sociais da saúde (CAROLY, 2010, p. 90). O trabalho coletivo sem coletivo de trabalho pode estar efetivamente na origem de uma falta de vitalidade do coletivo (CAROLY, 2010, p. 90). A ausência desta vitalidade corresponde a uma falta de empoderamento coletivo, a uma falta de poder dado pela atividade coletiva às atividades individuais, tornando as contradições internas e externas mais influentes sobre o trabalho realizado.

A autora, em seu trabalho sobre a contribuição da atividade coletiva à resiliência organizacional, apresenta vários indicadores que permitem caracterizar a vitalidade do coletivo de trabalho (ver Quadro 1).

QUADRO 1 - CATEGORIAS UTILIZADAS POR CAROLY PARA ANALISAR O TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS

- capacidade do grupo a se ajustar as dificuldades;
- manutenção e conservação de uma estabilidade dos membros do grupo para estar em harmonia com o trabalho;
- emergência de regras comuns face às restrições e constrangimentos exteriores em vez do gerenciamento individual;
- apoio e ajuda de um membro do grupo sujeito a perturbações internas e externas;
- compartilhamento de pontos de vista e de divergências sobre o cuidado;
- equilíbrio dos esforços individuais;
- desenvolvimento das competências de todos;
- competência de alguns membros do grupo para conhecer o funcionamento da empresa;
- compartilhamento de sentido sobre as ações que são objeto de conflitos de objetivos e competências para reorganizar o trabalho;
- confiança mútua no que o outro faz;
- construção de um gênero profissional que autoriza estilos individuais;
- acolhimento e transmissão de novas regras do trabalho;

FONTE: CAROLY, 2010, p. 90.

Essas categorias possibilitam, segundo ela, fazer uma análise ergonômica da atividade coletiva e poderia servir de pontos de referência para a intervenção com objetivo de favorecer a resiliência organizacional. Ocorre, com a identificação destes indicadores e com uma intervenção que busque desenvolver a atividade coletiva, a passagem do poder de agir coletivo para a reorganização coletiva do trabalho (CAROLY, 2010, p. 91).

A partir da distinção entre trabalho coletivo e coletivo de trabalho pode-se identificar o surgimento de elementos capazes de contribuir para o desenvolvimento, ou não, da atividade coletiva dos mutirões agroflorestais.

6 OS INSTRUMENTOS COMO MEDIADORES DA ATIVIDADE

De acordo com Santos (2004) tanto Yves Clot como Pierre Rabardel fazem parte da tradição da psicologia do trabalho que valoriza, a partir de Ombredane e Favergé (1955), a noção de atividade de trabalho (que contrapõe a noção de tarefa). Segundo Santos (2004, p. 219) esses autores distinguem o

trabalho prescrito pelos organizadores / conceptores do trabalho real – aquele que

é realmente efetuado pelos trabalhadores – o que conduz a uma concepção do trabalhador como um ser criativo, construtor da sua atividade, participante na evolução dos sistemas técnicos e agente de fiabilidade no trabalho.

Portanto a abordagem utilizada no presente trabalho de pesquisa leva em consideração o papel fundamental que o sujeito tem no desenvolvimento da atividade. Para que o sujeito possa agir ele se utiliza de instrumentos que contribuem na sua atuação no ambiente. Sendo assim podemos nos perguntar quais são as características de um instrumento? Qual a importância do uso dos instrumentos para a atividade humana? Essas são algumas questões que serão desenvolvidas na sequência.

Para Vigotsky (FRIEDRICH, 2012) o uso de instrumentos facilita a realização da atividade, pois cria um sistema de dupla estimulação uma vez que constitui um caminho indireto entre a tarefa (A) e a sua realização (B). Buscando demonstrar os experimentos realizados por Vigotsky, Friedrich (2012, p. 55) descreve uma atividade de memorização, onde é prescrito para crianças de dois anos, que levantem a mão direita quando lhes é mostrado um lápis e que levantem a mão esquerda quando lhes é apresentado um relógio (Idem, p. 54).

Seguindo a descrição do experimento apresentada por Friedrich os estudantes são levados por um bom tempo a repetir os gestos com a mão direita e com a mão esquerda quando lhes são apresentados o lápis e o relógio, respectivamente. Somente com a introdução de mais dois artefatos é que a margem de acerto das crianças aumenta. Quando uma folha de papel é apresentada as crianças associam diretamente com a mão direita e quando um termômetro é apresentado elas associam diretamente com a mão esquerda.

Friedrich (2012) apresenta a tarefa de memorização descrita por Vigotsky, e demonstra a importância dos instrumentos psicológicos na realização das tarefas:

que Vigotski chama de *instrumento psicológico*” (pg. 55). Com a descoberta de que um instrumento intermediário na atividade, amplia as possibilidades de relação do sujeito com o seu objeto, chega-se a conclusão de que os processos psíquicos superiores são, sempre e necessariamente, composto de três elementos: a tarefa (A), o instrumento (I) e o processo psíquico necessário (B) para resolver a tarefa (Vigotsky 1930 [1985, p. 40] apud Friedrich, 2012, p. 55).

O que deve ser colocado em evidência é o fato de que agora a relação entre o

sujeito e o objetivo possui um direcionamento, voltado ao instrumento, que media essa relação. Mas, qual a diferença entre um instrumento psicológico e um instrumento ou ferramenta de trabalho? Friedrich (2012, p. 57) afirma que

a diferença está no fato de que, com a ferramenta de trabalho, as transformações no mundo dos objetos são produzidas e, conseqüentemente, ela deve ser concebida em função das intervenções preconizadas (...) ao contrário, o objeto do instrumento psicológico não está no mundo exterior, mas na atividade psíquica do sujeito, sendo esse instrumento um meio de influência do sujeito sobre si mesmo, um meio de autorregulação e de autocontrole.

Seguindo essa herança, Rabardel (1995) demonstra que a existência de um instrumento implica na interação de um artefato material com o seu esquema de uso. Para o autor a atividade pode impor aos artefatos técnicos diferentes usos, conforme a relação do sujeito com o seu objeto da atividade.

Admitir que a atividade humana é mediada não é, no entanto, algo trivial (Fávero, 2005, p. 19). Para Vergnaud (2006, p. 219), a atividade de trabalho transforma os objetos do mundo, na sua variedade material e simbólica: ela é produtiva.

Segundo esse autor a atividade de trabalho implica no uso de instrumentos, onde o sujeito desenvolve formas de organização da atividade sujeitas ao instrumento e que ao mesmo tempo recompensa as funcionalidades do instrumento. Portanto ao mesmo tempo em que o sujeito se utiliza de instrumentos para se relacionar com o mundo, estes instrumentos implicam um leque restrito de possibilidades de ação ao sujeito, a não ser que o sujeito produza inovações no seu uso, como veremos mais a diante.

Tanto Vergnaud (2006) como Rabardel (1995) reconhecem a influência do instrumento no sujeito no decorrer do seu uso. Para Rabardel (1995) os instrumentos são ao mesmo tempo resultado e meio para o contato do privado com o social. Para esse autor é necessário o contato do indivíduo com o social para que ocorra o processo de gênese instrumental.

A mediação do indivíduo com a sociedade ocorre, em grande parte através do desenvolvimento de instrumentos apropriados pelo indivíduo em contato com o coletivo. Essa relação se dá no curso da ação onde novos usos são desenvolvidos e apropriados para um mesmo artefato técnico. Nesse sentido uma inovação técnica se desenvolve a partir da relação entre uma rede de instrumentos que possibilita a projeção e uso de

novos padrões, novos modelos de ação, e por exemplo, novas concepções de instrumentos que podem se tornar artefatos (Idem).

Se a noção de instrumento pode ser utilizada para a relação do indivíduo com os outros com que ele se relaciona, os instrumentos também afetam o indivíduo no momento em que é utilizado. O artefato material possui uma intencionalidade humana que o caracteriza como tal e possibilita que o sujeito o use de determinadas formas e não de outras. O que impõem aos artefatos técnicos as suas possibilidades de uso? Evidentemente a própria materialidade do artefato coloca determinadas restrições, ao mesmo tempo em que introjeta no artefato determinadas potencialidades de uso. É portanto as limitações, os impedimentos e as restrições impostas pelo artefato e as suas potencialidades de uso, no desenvolvimento de tarefas determinadas que levam o sujeito a um leque restrito de formas de uso de um mesmo artefato (Idem).

A gênese instrumental compartilha, como falado, de dois movimentos capazes de influenciar as ações cotidianas dos sujeitos em contato com a sociedade. A relação dos sujeitos com os coletivos do qual possui relação se dá mediada pelos artefatos. A linguagem oral, escrita, visual, são exemplos de meios repletos de instrumentos que possibilitam essa relação entre o interior e o exterior do sujeito. O seu estoque de instrumentos possibilita ao sujeito agir diferente de outros sujeitos em situações proximalmente similares. Os instrumentos estão em todos os lugares uma vez que mediam a relação entre os sujeitos da ação (Idem).

O modo de ação adotado para a ação de cada sujeito depende do acoplamento (MATURANA e VARELA, 2001) do seu sistema de instrumentos com o contexto local, com os impedimentos, potenciais e dinâmicas impostas pelo real da ação (RABARDEL, 1995; FRIEDRICH, 2012). O interno e externo do sujeito se mesclam na noção de desenvolvimento da atividade entretanto esses dois hemisférios não se anulam ou se sobrepõem um ao outro eles são estritamente complementares e guiam a ação (CLOT, 2010, p. 176).

Os instrumentos, são constituídos pelas dimensões material e simbólica (SANTOS, 2004, p. 227). Aplicado ao contexto em análise neste trabalho, diversos artefatos e objetos são utilizados na atividade de mutirão. Desde os objetos materiais que compreendem as ferramentas para o trabalho de construção dos canteiros (enxada, pá, enxadão, tobata), para a poda das plantas (facão, tesoura de poda, serrote, moto serra),

para a distribuição do esterco (carrinho de mão, balde) nos berços, onde as mudas serão plantadas, até os objetos imateriais como os conceitos e noções de agrofloresta, de fertilidade do solo, de produtividade e de trabalho empregado na atividade produtiva são constantemente utilizados e podem se transformar em instrumentos que contribuem para a atividade do coletivo de trabalho.

Os agricultores definem de berço o buraco feito para o plantio das mudas e sementes. A noção de berço busca apresentar a noção de vida, que se contrapõe a de cova, utilizadas na agricultura convencional e que segundo os agricultores ecológicos remete à morte.

Segundo Clot (2007, p. 105) as funções delegadas aos instrumentos e ferramentas não devem complicar a tarefa do sujeito. Pelo contrário, a busca do objeto “artefatual” possível, deve ser feita, tendo em vista o desenvolvimento da atividade do sujeito.

O uso dos artefatos pelo sujeito deve, portanto, apresentar elementos que viabilizem a atividade do sujeito em direção ao seu objeto de forma que a atividade seja desenvolvida da melhor forma. Deve portanto levar em consideração as condicionantes ambientais⁹ e as habilidades do sujeito de transformar seu contexto a fim de aperfeiçoar sua atuação em redes mais complexas de relações.

Com base em Norman, Clot (2007, p. 105) podemos verificar o papel fundante que o artefato deve assumir na realização da atividade, de modo que o sujeito amplie seu poder de ação. O artefato se transfigura em instrumento para o sujeito a fim de permitir a um só tempo, agir sobre o ambiente e avaliar o estado desse ambiente. Pois toda ação humana de realização compreende uma fase de execução e uma fase de avaliação durante a ação (Idem).

O artefato é portanto utilizado pelo sujeito para agir no ambiente ao mesmo tempo em que media a relação do ambiente com o sujeito o que possibilita maior compreensão do contexto em que a atividade está sendo realizada. Se pensarmos que o artefato, transformado em instrumento possibilita que o sujeito se dirija ao objeto, ele também implica durante atividade, em uma relação do objeto em direção ao sujeito, relação essa que torna o sujeito capaz de interpretar a situação em que a atividade está se desenvolvendo.

⁹ No sentido amplo do termo.

A relação do artefato em direção ao objeto garante, ou deveria garantir na maioria das situações de trabalho, as propriedades da tríade (sujeito, artefato, objeto), fundamentais para a realização das múltiplas possibilidades de atuação do sujeito. Assim, os artefatos suportam mais ou menos bem o desenvolvimento da atividade do sujeito (CLOT, 2007, p. 106).

Não se pode negligenciar a construção coletiva dos objetos que são constantemente (re) concebidos pela relação do sujeito com os outros, direta e indiretamente envolvidos com a atividade. Para Clot (2007, p. 110) a relação dos outros com os objetos é constitutiva da atividade do sujeito. Os intercâmbios deste último com os outros animam a vida do objeto e, por fim, a atividade dos outros também é modelada pelas relações de cada sujeito com o objeto.

O processo dialético que esse movimento proporciona desafia o sujeito a modificar constantemente seu objeto e a (re) direcionar sua atividade em direção os objetos que emergem dessas relações. Para o autor a atividade de trabalho implica em uma constante remodelagem de tanto do objeto como da direção que a atividade assume na realização da tarefa:

O trabalho é sempre uma prova, entendendo-se pelo termo uma situação que não oferece todas as respostas às questões que ela mesma levanta: uma situação que convoca então o sujeito, remetendo-o aos outros, a si mesmo, ao objeto de seu trabalho e a seus instrumentos de ação e, por fim, aos esperados genéricos de sua atividade (CLOT, 2007, p. 111).

Esse movimento dialético do sujeito com os outros em múltiplas direções cria pois um ambiente que revitaliza o gênero profissional ao mesmo tempo em que o consolida. A busca pela reafirmação do gênero se coloca a todo o momento guiado e, por vezes condicionando a ação do sujeito.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo serão apresentados o contexto de pesquisa, as organizações e os sujeitos que se relacionaram diretamente com o projeto. A trajetória acadêmica do pesquisador será apresentada para que o leitor possa identificar os possíveis limites na forma com que o pesquisador se relacionou com os objetos e os problemas levantados. Os conceitos provenientes da teoria da atividade, o contexto da pesquisa e os passos realizados finalizam essa parte do trabalho

1 CONTEXTO E PARTICIPANTES DA PESQUISA

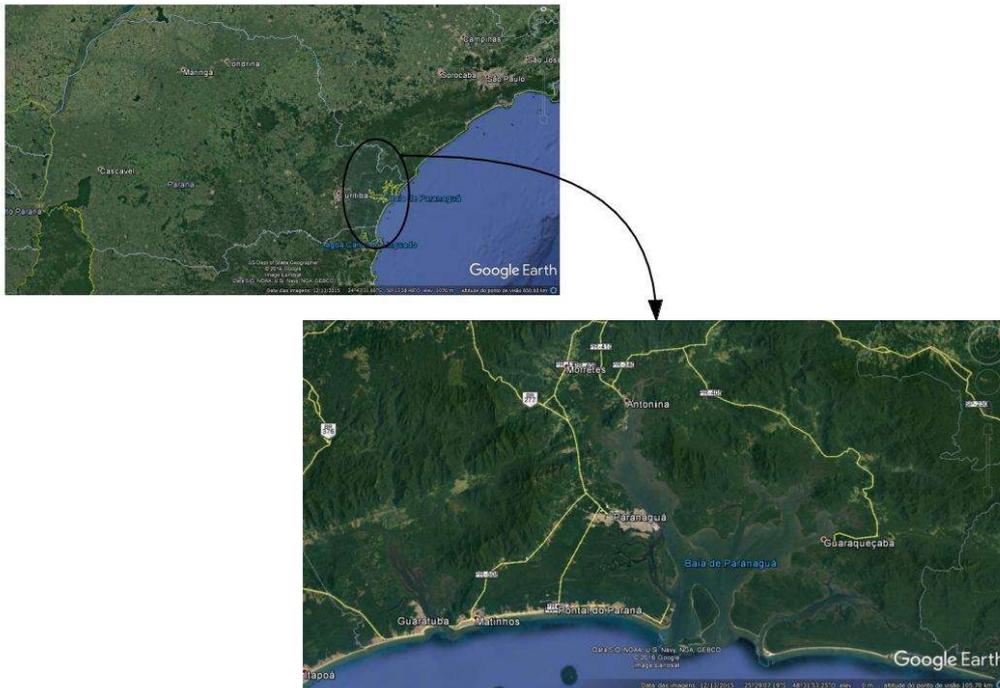
O assentamento Nhundiaquara está situado no município de Morretes, localizado no litoral do Estado do Paraná. Morretes integra em conjunto com outros seis municípios, a região litorânea do Estado (Ver Figura 1). O município não possui acesso ao mar e se caracteriza, segundo Estades (2003), como um município economicamente rural.

A gleba pantanal, segundo Alano (2008) é uma das últimas áreas do assentamento Nhundiaquara a ser ocupada. Sua ocupação tem início com a vinda de pessoas da região metropolitana de Curitiba para residirem na região. As ocupações na gleba pantanal se iniciam no ano de 2001 mas só em 2005 que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão federal responsável pelo assentamento de famílias em áreas de reforma agrária no Brasil, registra as famílias que estavam ocupando os lotes (Idem). A regularização dessas famílias possibilita que os moradores acessem políticas públicas voltadas para a habitação em assentamentos rurais (Idem).

A gleba Pantanal está localizada no interior do município de Morretes, distante aproximadamente 8,5 quilômetros do centro do município a região é composta por lotes com área aproximada de 4 hectares (Idem).

A agricultura que prevalece na gleba pantanal é a agricultura voltada para o consumo familiar. Durante a pesquisa foi possível identificar que prevalece na região uma produção de alimentos diversificada, englobando alimentos de origem vegetal e animal. A produção de hortaliças, grãos, frutas e a criação de pequenos animais se destacam.

FIGURA 1: LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ, SUL DO BRASIL

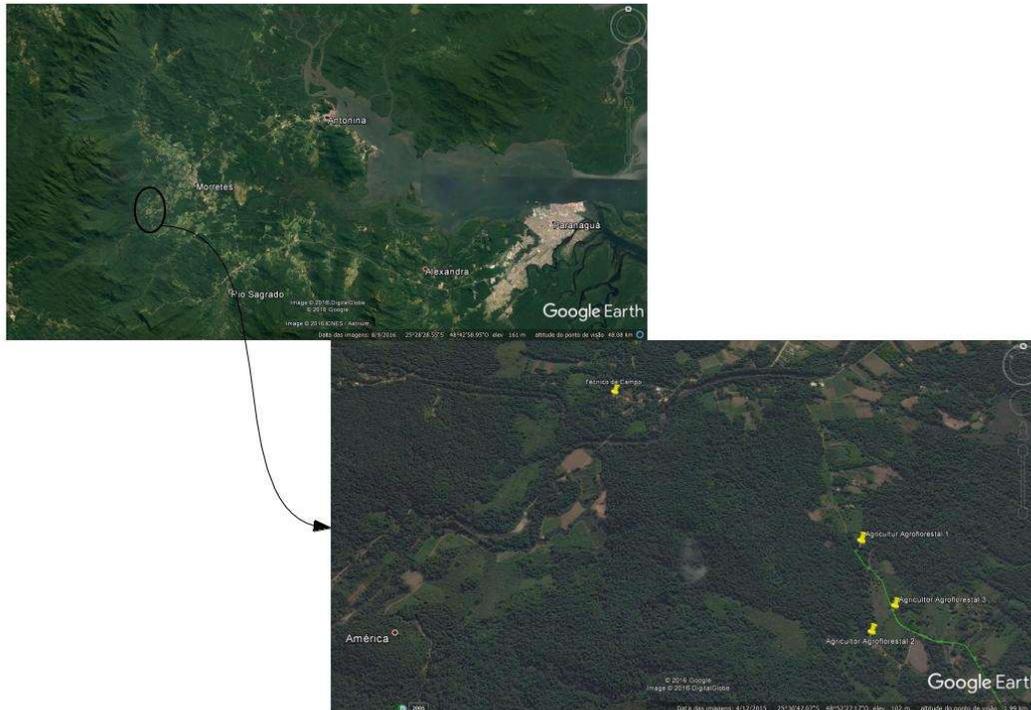


FONTE: Adaptado de GOOGLE HEARTH, 2016.

Na Figura 2 estão indicados os lotes pertencentes aos agricultores que integrantes da presente pesquisa. Na imagem é possível identificar também a residência do técnico de campo, responsável pela operacionalização do projeto Agroflorestar no município de Morretes.

A localização geográfica entre os sujeitos integrantes da pesquisa é um fator que pode ser considerada em outros estudos uma vez que essa condição pode possibilitar maior contato entre os envolvidos. Cabe destacar que o deslocamento do técnico até o lote dos agricultores beneficiários do projeto é realizado de bicicleta. O trajeto realizado de bicicleta possibilita atravessar uma ponte que separa a gleba Pantanal do Cascatinha, local de residência do técnico. Caso esse deslocamento seja realizado com automóvel o trajeto a ser feito é muito maior devido à impossibilidade de travessia da ponte com o veículo.

FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES NO MUNICÍPIO DE MORRETES – PR.



FONTE: Adaptado de GOOGLE HEARTH, 2016.

Numa tentativa de realizar ações que contribuam para a integração entre ser humano e natureza, a Cooperafloresta, que possui experiência de mais de duas décadas com sistemas agroflorestais na região do Vale do Ribeira (COOPERAFLORRESTA, 2010, p. 9), expande suas ações para o litoral do Paraná com o financiamento do programa Petrobras Ambiental. Com base na experiência de trabalho com assistência técnica e extensão rural voltada ao fomento de práticas agroflorestais a Cooperafloresta propõe o projeto Agroflorestar, na seleção de projetos do ano de 2010 (COOPERAFLORRESTA, 2010). Com o desenvolvimento das ações do projeto se iniciam, no ano de 2011, nos municípios de Antonina-PR e Morretes-PR, atividades de implantação dos sistemas agroflorestais junto aos agricultores familiares, acampados e assentados.

A chamada para submissão de projetos do Programa Petrobras Ambiental no ano de 2010 foi composta por três linhas temáticas: a) Gestão de corpos hídricos superficiais e subterrâneos; b) Recuperação ou conservação de espécies e ambientes costeiros,

marinhos e de água doce; c) Fixação de carbono e emissões evitadas. O projeto “Agroflorestar: co-operando com a natureza” foi selecionado na concorrência de projetos submetidos na linha de “Fixação de carbono e emissões evitadas” (PETROBRAS, 2010).

Deve-se levar em consideração que alguns autores ponderam que a preocupação da Petrobras - com o incentivo às ações voltadas a conservação do meio ambiente - viabilizada, dentre outras atividades, através do patrocínio a projetos, está atrelada ao retorno que esses investimentos trazem para a valorização da imagem da empresa (RIBEIRO, 2002).

O acesso ao recurso disponibilizado pela Cooperafloresta assume outro sentido quando o foco se torna a ampliação e fortalecimento das áreas de agroflorestas. O sentido que a Petrobras tem, portanto, é diferente do sentido que a Cooperafloresta assume no desenvolvimento do trabalho agroflorestal. E o projeto Agroflorestar é o instrumento que realiza a mediação entre as duas organizações. Ele direciona as ações de expansão dos sistemas agroflorestais a outras regiões que não o Vale do Ribeira. Direcionam também os recursos voltados à compra de insumos e de Assistência Técnica e Extensão Rural destinados aos sistemas Agroflorestais nos municípios de Antonina-PR e Morretes-PR.

A mobilização de novos agricultores agroflorestais e organizações parceiras vêm atrelada à realização da gestão dos recursos e das prestações de contas no tempo e periodicidade acordada com a Petrobras. Essas prescrições que surgem em um espaço de gestão de recursos e de projetos coloca à realização dos mutirões uma dinâmica específica. Os mutirões passam então a ser realizados com base em cronogramas que sofrem influências das metas e do cronograma do projeto Agroflorestar. No momento em que o mutirão está em curso algumas tarefas são realizadas com o objetivo de registrar o acontecimento para que se possa posteriormente prestar contas do recurso destinado ao projeto.

O registros das tarefas desenvolvidas pelo projeto e sua verificação com os documentos comprobatórios da prestação de contas de gasto de recursos, se colocam como instrumentos que estabelecem a relação entre as atividades realizadas pelos técnicos e as atividades realizadas pela equipe administrativa do projeto. A fluidez dessa relação influencia a relação estabelecida entre a Cooperafloresta e a Petrobras. Os processos que compõem a relação entre as duas organizações no nível jurídico-

administrativo reverberam na forma como os técnicos e os atendidos pelo projeto se relacionam entre si e com a Cooperafloresta.

A influência dos sujeitos nessa teia de relações pode ser identificada no momento em que os agricultores, intervêm nas ações do projeto, propondo a compra de determinadas espécies de mudas e insumos, e enviam decisões do grupo constituído por agricultores e técnicos para o gestor do projeto. Essas demandas que surgem da base, criam tensões na realização das tarefas, das metas e até da organização do projeto.

Mas a direção em que essas demandas ocorrem não é sempre dos agricultores para o gestor do projeto. Ela ocorre também na direção inversa, quando é o gestor do projeto que apresenta as demandas aos grupos de agricultores. Nesse sentido os registros das listas de presença, as fotos das atividades, os materiais de divulgação, os relatórios dos técnicos transitam da realidade dos gestores e financiadores para a realidade dos agricultores e técnicos de campo.

Múltiplos são os sentidos e as mediações que atravessam as atividades desenvolvidas nos projetos. No campo, no terreno onde o projeto pretende impactar, o técnico de campo cumpre papel fundamental nesse processo de tradução das diferentes realidades. Esse profissional assume aí a função de traduzir para a realidade da gestão de projetos as informações que são produzidas tanto nas áreas de sistemas agroflorestais implantados e manejados como nas reuniões locais do projeto voltadas a diferentes temáticas – produção, comercialização, beneficiamento, certificação, turismo rural, dentre outras.

A função de técnico de campo no projeto Agroflorestar, na atividade de assistência face-a-face com os agricultores, possui algumas particularidades. Esse técnico pode, na maioria das vezes ser visto pelos agricultores como o porta-voz da organização que está coordenando o projeto e ao mesmo tempo como o profissional que sabe melhor do que qualquer agricultor os detalhes do plantio e manejo das agroflorestas. Embora o técnico tenha conhecimentos específicos sobre determinado campo do saber, ele está, assim como os outros sujeitos integrantes do projeto, em constante aprendizagem e desenvolvimento (FRIEDRICH, 2012. p. 108 - 117).

O papel hierárquico de quem sabe, atribuído ao especialista, ao técnico em nossa sociedade é fortemente questionado no trabalho com sistemas agroflorestais (MILLER, 2009). As perspectivas de trabalho com sistemas agroflorestais agroecológicos questiona

e se contrapõe a vários conhecimentos difundidos por esses profissionais e pelas agências de assistência técnico e extensão rural - ATER. O sistema de ATER difusionista, que de forma geral presta aos agricultores um modelo de assistência técnica com base nos ideais da racionalização dos cultivos agrícolas – monocultivos - e no uso de insumos externos à propriedade caminha em um sentido oposto ao dos sistemas agroflorestais. Thiollent (1984) apresenta como o modelo difusionista desconsidera os saberes dos agricultores.

O trabalho com sistemas agroflorestais demanda outra lógica, que não vá de encontro à lógica difusionista, mas que seja voltada ao fortalecimento e ampliação dos cultivos pautados na diversidade biológica, nos plantios biodiversos, associando conhecimentos técnicos com conhecimentos populares sobre o uso e o comportamento das plantas.

Os sistemas agroflorestais se constituem em um conjunto de princípios e técnicas de produção agroecológica que visam a produção de plantas alimentares ou não, de cultivo anual e perenes¹⁰. Os sistemas produtivos de base agroflorestal buscam a relação entre plantas com fins alimentares, medicinais, ornamentais e madeireiros. Tais relações, são pensadas pelos agricultores e técnicos que praticam a agricultura agroflorestal, tendo como base princípios ecológicos de sucessão, estratificação e diversidade biológica.

Diversos saberes se relacionam na constituição do conhecimento agroflorestal. Saberes provenientes do campo teórico e prático se mesclam de ritmos e contextos diferentes que possibilitam a inovação e o surgimento de novas técnicas a partir da experimentação. Os mutirões se constituem portanto como o meio para o compartilhamento e aprimoramento das técnicas agroflorestais no município de Morretes. O encontro de agricultores, técnicos e outras pessoas com diferentes experiências na temática das agroflorestas cria um ambiente que congrega os diferentes saberes e ritmos criando condições para a troca de saberes e o avanço na superação de desafios encontrados pelos agricultores em suas áreas individuais.

10

Plantas anuais são as que possuem um ciclo produtivo (tempo de duração do plantio a colheita) com duração de no máximo um ano, como a maioria das hortaliças. Já as plantas perenes são as que possuem ciclo produtivo com duração de mais de um ano e no caso das agroflorestas as principais plantas perenes são as espécies de árvores que compõem o sistema.

Ações de implantação e manejo das áreas produtivas com Sistemas Agroflorestais, são realizadas pelo projeto Agroflorestar, a partir de espaços de trabalho coletivo como os mutirões. Os mutirões, no projeto Agroflorestar, se constituem no trabalho em grupo, onde os agricultores se reúnem uma vez por semana para troca de trabalho. Cada encontro é realizado na propriedade de um agricultor diferente, e a dinâmica respeita um rodízio de propriedades agrícolas que tem como objetivo contemplar o trabalho nas áreas de todos os agricultores pertencentes ao grupo.

A passagem do grupo de agricultores na área de cada agricultor possibilita a troca de informações e o conhecimento das problemáticas vivenciadas por cada integrante do grupo.

Durante a realização da pesquisa fizeram parte do grupo de agricultores agroflorestais da gleba Pantanal quatro pessoas sendo que três delas são agricultores e uma é o próprio técnico que presta assistência técnica pelo projeto Agroflorestar aos agricultores. O número de famílias que participam desse espaço é variável ao longo do tempo, sendo que no início do projeto, na gleba Pantanal, foi necessário constituir dois grupos de agricultores cada um com seis pessoas para dar conta do rodízio nas propriedades e do trabalho a ser realizado em cada mutirão. Com a realização das atividades dos mutirões, diversos agricultores tiveram contato com as técnicas de agroflorestas desenvolvidas e praticadas por agricultores integrantes da Cooperafloresta no Vale do Ribeira paulista e paranaense. Atualmente existem agricultores que participaram do projeto em algum momento, desde o ano de 2011 e que mesmo não fazendo parte do projeto nos dias de hoje, e portanto não participando dos mutirões fomentado pelo projeto Agroflorestar, continuam diversificando suas áreas produtivas através dos sistemas agroflorestais.

Esses agricultores que fazem agrofloresta no interior de suas unidades familiares mas não participam do projeto, demonstram diferentes graus de apropriação dos princípios e técnicas das agroflorestas desenvolvidas pela Cooperafloresta. Os motivos que levaram estes agricultores a se afastar do projeto são inúmeros, mas os principais foram o agravamento de conflitos anteriores a realização do projeto, a não resolução de conflitos gerados durante a realização das atividades do projetos. A distância entre os diferentes saberes e interesses dos envolvidos levou a uma deficiente compreensão sobre os processos de planejamento, organização da produção e gestão dos recursos do

projeto. Mesmo o projeto trazendo significativos avanços na apropriação das técnicas agroflorestais pelos agricultores do litoral o projeto potencializou alguns conflitos já existentes na região. O agravamento dos conflitos sociais em grande medida contribuiu para o afastamento de alguns agricultores das ações do projeto.

Os debates voltados à comercialização dos produtos nas feiras, que são realizados de forma coletiva pelo grupo de agricultores, agravaram em certa medida os conflitos já existentes na região. Embora nosso foco seja, como apresentado anteriormente, o desenvolvimento dos mutirões de implantação e manejo das áreas de agroflorestas, o recorte colocado nessa pesquisa de forma alguma está livre da interferência estrutural desses conflitos externos ao trabalho coletivo do mutirão.

Com a realização dos mutirões pelos agricultores, que historicamente desenvolviam suas atividades de forma prioritariamente individual, é possível identificar transformações na forma com que as pessoas se relacionam umas com as outras, com as plantas e animais. O acoplamento fomentado pelo projeto Agroflorestar entre as técnicas agroflorestais e os mutirões, possibilitam o estabelecimento de re-normatizações entre os grupos integrantes do projeto. Esse processo de re-normatização permite que o contato dos agricultores, sobretudo através dos mutirões agroflorestais crie um ambiente de apropriação dos sujeitos sobre esse espaço. A construção de normas a partir do local e não somente impostas pelas prescrições que descem da relação com a Petrobras e com a Cooperafloresta dá sentido a ação de agroflorestar.

Em certa medida essas apropriações criam contradições entre o que está posto no projeto e os sujeitos envolvidos com a atividade coletiva. Nesses casos torna-se necessário um complexo processo de transformação do trabalho coletivo para um coletivo de trabalho que tenha como base a confiança e a cooperação e não a desconfiança e competição como princípios. É possível que alguns agricultores, assim como técnicos e gestores, tenham encontrado dificuldade em diferenciar o trabalho dos mutirões e trabalho de expansão dos sistemas agroflorestais na região, o que muitas vezes gera um processo de auto-justificativa que leva o agricultor a realizar agrofloresta somente nos mutirões fomentados pelo projeto.

Como veremos na sequência o papel da assistência técnica e extensão rural promovida pelo projeto Agroflorestar é fundamental para pensarmos a apropriação pelos agricultores de técnicas e práticas de implementação e manejo de áreas de Agroflorestas.

As diferentes formas de apropriação das técnicas agroflorestais na gleba Pantanal foram analisadas por Kaminski (2014). Em seu trabalho, a autora acompanha o processo de adaptação e contextualização técnica, das prescrições que chegam aos agricultores através da assistência técnica do projeto Agroflorestar.

Cabe destacar que os princípios conjunto de técnicas dos sistemas agroflorestais praticados pelos agricultores da gleba Pantanal tem origem nas experiências de Ernst Götsch (1996) e se caracterizam por serem Sistemas Agroflorestais Multiestrata Sucessional (STEENBOCK,2013). Essa prescrição durante o desenvolvimento da atividade de fazer agroflorestas, seja na sua propriedade ou na propriedade de outros agricultores participante do grupo, entra constantemente em contradição. Contradição promovida pelos sujeitos no processo de tomar para si as prescrições e ajustá-las ao meio em que estão inseridos. Esse processo permanente de re-normatização amplia o surgimento de novas prescrições e modelos a serem seguidos por outros grupos e por outros agricultores interessados em iniciar com o trabalho das agroflorestas.

2 OS MUTIRÕES AGROFLORESTAIS NA GLEBA PANTANAL

Para iniciar essa seção é importante definir o que vem a ser os mutirões agroflorestais na gleba Pantanal. Diversos autores trabalham a categoria em diferentes contextos rurais. No Brasil alguns estudos contribuem com a compreensão das possíveis formas de mutirão (CALDEIRA, 1956; CANDIDO, 1977; SÁ, 2008).

Para Sá (2008) não podemos confundir os contextos de trabalho e não-trabalho na definição de mutirão. Para a autora, integram o contexto de trabalho, duas modalidades de ação, a da troca-de-dia e a de trabalho alugado. A troca-de-dia se dá quando a unidade familiar está com a sua capacidade de trabalho superada e depende de ajuda externa na realização de atividades em épocas específicas como a de plantio e colheita. Já o trabalho alugado cumpre papel secundário na relação de trabalho familiar uma vez que a remuneração através de diárias é complementar às atividades principais da unidade familiar.

No caso de um contexto de não trabalho duas outras modalidades a constituem: o mutirão e o adjunto. Para Sá (2008) o mutirão está geralmente associado à construção de casas e o adjunto está associado à cooperação para a manutenção de bens coletivos

como a manutenção de trilhas e acessos coletivos. Uma característica das modalidades de não trabalho é que elas ocorrem em finais de semana ou em dias e horários não ocupados pelas atividades regulares de trabalho na roça. Os participantes dessas atividades estão vinculados devido às relações comunitárias e ao senso de comunidade. As modalidades de não trabalho assumem também características de festividade e reciprocidade.

Embora existam modalidades de cooperação bem definidas para os contextos de não trabalho e de trabalho, outras categorias podem emergir do campo de pesquisa. Principalmente em pesquisas que estejam abertas para acompanhar os imprevisíveis do real. Nesse sentido Sá (2008) afirma que em suas pesquisas existe um tipo de cooperação que rompe aparentemente com esse quadro. A autora define essa modalidade como o mutirão da roça. Para ela o mutirão da roça “é, à primeira vista, uma contradição, pois confunde os contextos de trabalho e não trabalho” (Idem, p. 18).

No caso dos agricultores agroflorestais do Pantanal a noção de mutirão se desloca para o contexto de trabalho associado aos objetivos do projeto. As relações estabelecidas entre os agricultores e o projeto garantem que esses agricultores, participando dos mutirões, tenham acesso às mudas e insumos subsidiados pelo financiamento do programa Petrobras Ambiental.

O sentido que a definição de mutirão assume no contexto do projeto está situado no que Sá (2008) define como troca-de-dia. Essa noção é a todo o momento tensionada por outros sentidos atribuídos a esse espaço, como veremos adiante. Mas o que é importante registrar nesse momento é que o mutirão enquanto um espaço institucionalizado pelo projeto Agroflorestar, pode levar os sujeitos a transferir, o sentido atribuído a esse espaço, de uma racionalidade pautada na reciprocidade a uma racionalidade mercantil.

Com base nessa discussão a presente pesquisa se voltou à identificação do funcionamento do trabalho coletivo dos mutirões na gleba Pantanal. Todavia é importante, anteriormente, compreendermos como o projeto Agroflorestar elabora prescrições para a realização desse trabalho coletivo. Assim vamos focar nesse momento nossa discussão no primeiro objetivo da proposta de projeto Agroflorestar, uma vez que é nesse objetivo que surgem as prescrições oficiais para a realização dos mutirões agroflorestais dentro do projeto.

Ao analisarmos as tarefas prescritas nesse objetivo definido no projeto aprovado pela Petrobras, conforme tabela abaixo, vemos a importância que esse espaço de trabalho coletivo – os mutirões – possui no projeto escrito. Os mutirões são apresentados pelo projeto como um instrumento para o fortalecimento e ampliação das áreas com Sistemas Agroflorestais e para a organização social necessária para que o projeto seja executado com êxito.

As informações presentes no Projeto sobre o trabalho coletivos dos mutirões, buscam por um lado divulgar as metas da equipe técnica – que concebe o projeto - e por outro apresentar os elementos que possibilitam o controle do órgão financiador sobre a realização ou não das ações incluídas na proposta de projeto. Elementos como os “resultados esperados”, os “meios de verificação”, são utilizados pela Petrobras como instrumentos de acompanhamento do alcance ou não dos resultados esperados.

TABELA 2.: ATIVIDADE DO MUTIRÃO PREVISTA NO PROJETO AGROFLORESTAR

Objetivo 1. Qualificar e ampliar a produção agroflorestal junto às 300 famílias agricultoras e quilombolas no Vale do Ribeira, contribuindo para redução da emissão de gases do efeito estufa na atmosfera, promovendo a captura de CO2 através da restauração da cobertura vegetal das unidades produtivas envolvidas.

Atividade 1.4.:	Resultados esperados:	Meios de Verificação:
Realização de 2.000 mutirões agroflorestais para implantação e manejo das agroflorestas;	- 2.000 mutirões realizados ; - 300 famílias agricultoras intercambiando conhecimento, experiência e trabalho ; - 1.200 ha de agroflorestas manejados;	- Lista de presença; - Fotos ; - Depoimentos;

FONTE: COOPERAFORESTA (2010, p. 25).

Um ponto nos chama atenção já de início: os municípios onde os mutirões devem acontecer não aparecem no texto do primeiro objetivo da proposta, todavia essa informação é apresentada na descrição do Objetivo 1:

Neste projeto a perspectiva é qualificar e ampliar a produção agroflorestal dentro da Cooperafloresta e multiplicar essa experiência, envolvendo diretamente 19 famílias agricultoras nos municípios de Barra do Turvo, Registro, Eldorado, Jacupiranga, Tapiraí, Miracatu e Sete Barras no Vale do Ribeira de São Paulo; nos

municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Itaperuçu no Vale do Ribeira do Paraná; *além de Antonina e Morretes, no litoral paranaense (grifo nosso)* (COOPERAFLORESTA, 2010, p. 12).

A proposta de projeto apresenta já no primeiro objetivo algumas prescrições para a realização dos mutirões agroflorestais. É possível identificar também que a função dos mutirões para o projeto é a de realizar a implantação e manejo de áreas de agroflorestas.

Na descrição do objetivo 1, a proposta de projeto dá as primeiras diretrizes de como deve ser o mutirão, e faz isso de forma explícita quando descreve qual a periodicidade, quem participa, o local e os objetivos: com periodicidade quinzenal todas as famílias dos grupos reúnem-se em mutirão na propriedade de uma família para executar as práticas de manejo agroflorestal (COOPERAFLORESTA, 2010, p. 12).

Segundo a proposta de projeto nem todos os mutirões têm o mesmo objetivo, uma vez que podem ser realizados visando tanto a implantação e manejo das áreas de SAFs como a capacitação técnica dos agricultores: neste momento são executadas qualificações e reorientações da agrofloresta, permitindo a capacitação coletiva. Também ocorrerão mutirões-oficinas com a presença dos técnicos para o aprofundamento das práticas (Idem).

A dimensão coletiva dos mutirões é também apresentada na citação anterior quando apresenta a capacitação coletiva como um dos sentidos do trabalho coletivo. Aqui se instala a possibilidade de contradições entre os diferentes sentidos atribuídos pelos sujeitos aos mutirões. Se por um lado esse espaço de trabalho coletivo é pensado para a implantação e manejo das áreas, por outro, ele possui também a intencionalidade de capacitação coletiva dos presentes. Pode portanto ser dado diferentes direcionamentos a partir dessa prescrição ampla, como veremos na próxima seção.

Os mutirões agroflorestais fomentados pelo projeto Agroflorestar em Morretes-PR, acontecem periodicamente nas áreas dos agricultores participante do projeto. Os mutirões acontecem desde o ano de 2011 na gleba Pantanal, onde os agricultores e técnicos se dirigem à propriedade de um agricultor que recebe o grupo. Do início do trabalho com os mutirões até a finalização dessa pesquisa o número de agricultores integrantes do o grupo do Pantanal não foi constante. Chegaram a ter 16 famílias participantes do grupo e na finalização desse trabalho o número de famílias era de quatro agricultores.

A dinâmica no número de participantes do mutirão analisado, pode ser explicada

pelo afastamento de alguns agricultores por questões pessoais ou por tensões não resolvidas nos relacionamentos com outros integrantes do grupo. Um fator que deve ser considerado nessa dinâmica de composição é a migração das famílias que faziam parte do grupo do Pantanal para novos grupos que foram se constituíram a partir do fomento do projeto Agroflorestar. Com o tempo os novos grupos formados foram o grupo do Marumbi, o Grupo de mulheres do Pantanal, o grupo do Sarapiá e o grupo de mulheres do Sarapiá.

O surgimento de novos grupos possibilitou a ampliação do número de pessoas beneficiadas pelo projeto, uma vez que a proximidade por temas de interesse – como no caso dos grupos de mulheres – e territorial no caso do grupo do Sarapiá viabilizou a participação de pessoas que anteriormente não eram atendidas pelo projeto. Até o momento de realização dessa pesquisa, 46 famílias integravam público de beneficiados (as) do projeto Agroflorestar.

Algumas contradições são identificadas pelos próprios agricultores na realização das atividades do trabalho coletivo na gleba Pantanal. Uma contradição aparente diz respeito ao fato de que somente no momento em que o mutirão se inicia é que alguns agricultores começam a “preparar” o mutirão. A necessidade de preparo prévio dessa atividade é importante uma vez que um tempo considerável dos participantes é destinado a coleta de mudas e ferramentas no local – dentro da própria unidade familiar como em propriedades vizinhas a que está recebendo o mutirão. Embora essa prática de antecipação tem sido fomentada por alguns agricultores ainda é uma prática comum se deixar para o dia do trabalho coletivo a coleta dos materiais necessários.

A antecipação de alguns materiais é necessário pois para que o mutirão seja realizado é necessário à realização de outras tarefas como a escolha da área a ser trabalhada, os insumos necessários (mudas, esterco, calcário, sementes, dentre outros), as ferramentas que serão utilizadas para a intervenção produtiva, a previsão de número de participantes a fim de pensar a dinâmica, a divisão de tarefas e a quantidade de alimentos necessários para a alimentação dos participantes (que é fornecido pela família que recebe o mutirão). O acúmulo dessas tarefas no momento em que o mutirão é realizado gera nos agricultores no técnico do projeto uma sensação de que o trabalho não está sendo bem feito.

Outro aspecto fundamental que constitui o mutirão é o fato de que o encontro entre agricultores, técnicos da Cooperafloresta e das organizações parceiras, estudantes

e visitantes, possibilita o funcionamento de múltiplos processos de trocas de saberes onde circulam experiências, conhecimentos, práticas e técnicas que os participantes desenvolvem em suas áreas individuais e trazem para o trabalho coletivo a fim de renormalizá-los.

O mutirão enquanto estrutura que faz a mediação entre o global e o local se torna um espaço que favorece as contradições na atividade de gestão e realização das ações do projeto. Se constitui portanto em um local privilegiado de intervenções que levem o desenvolvimento de diversas atividades como a de extensão rural (pelos técnicos do projeto), do fazer agroflorestas (pelos agricultores) e da próprio espaço de trabalho coletivo que integram agricultores, técnicos e outras pessoas interessadas na temática¹¹).

Como dito anteriormente, a prescrição colocada nos mutirões agroflorestais pela Cooperafloresta, agricultores e técnicos, pode gerar incompatibilidades que se constituem em oportunidades para o desenvolvimento das contradições que emergem da atividade do mutirão agroflorestal na gleba Pantanal em Morretes – PR. Pistas destas incompatibilidades podem ser identificadas através das situações de aproximação e afastamento de agricultores dos mutirões agroflorestais, e da emergência de fragilidades que compõem o trabalho coletivo.

A incorporação dessa prescrição – do mutirão – pelo coletivo cria dois caminhos possíveis para a relação entre o grupo de agricultores residentes na gleba Pantanal. Esses agricultores podem incorporar essa prescrição em sua rotina de trabalho e ao mesmo tempo desenvolvê-la a ponto de potencializar essa inovação organizacional e transformá-la em instrumento de fortalecimento do coletivo de trabalho ou podem realizar essa tarefa apenas como um pré-requisito para o acesso aos recursos do projeto. É possível ainda que esses dois movimentos se realizem ao mesmo tempo, dependendo de cada agricultor, dependendo da história do grupo e das condições que o meio – enquanto ambiente organizacional do projeto e ambiente composto pelas relações sociais e ecológicas.

Tendo como premissa a noção de atividade coletiva (CAROLY e BARCELLINI, 2013), os mutirões realizados na Gleba Pantanal podem se aproximar da constituição de

¹¹ É comum identificar nos mutirões pessoas interessadas em conhecer e aperfeiçoar as técnicas de Agroflorestas ou compreender a dinâmica do fluxo de saberes que circulam no mutirão. Os principais públicos externos que participam dos mutirões são estudantes e professores universitários, estagiários de projetos, voluntários que se interessam pela temática.

um coletivo de trabalho a partir do desenvolvimento do trabalho coletivo realizado nos mutirões. Tais situações de trabalho coletivo – a dos mutirões – envolvem os sujeitos que inicialmente podem possuir diferentes intenções com a atividade, mas que ao longo do desenvolvimento das atividades coletivas, consigam superar as intencionalidades diretas e imediatas e assumam o compromisso da formação de um coletivo de trabalho que seja portanto capaz de atuar no desenvolvimento de uma atividade coletiva.

A ação do coletivo de trabalho se dá em direção a diversos objetos, que muitas vezes também são coletivos. O coletivo de trabalho imbuído da noção de “fazer agrofloresta” durante a realização da atividade de mutirão, pode deslocar a atividade de formação em um mutirão, por exemplo, e redirecioná-lo para outro objeto, que pode ser o de implantar de forma eficiente uma área de agrofloresta. Esse processo não é harmonioso e se dá permeado de contradições tensionadas pelos sujeitos participantes em constante relação com os outros. O fato da atividade ser deslocada induz o desenvolvimento da própria atividade do mutirão, ao tempo em que é direcionada a outro objeto. A noção compartilhada de objeto da atividade só se apresenta, se o sujeito a partir da mobilização de instrumentos indiretos ou da sua intervenção direta no objeto atuar buscando modificá-lo.

O sujeito, os instrumentos e os objetos se organizam de acordo com o desenvolvimento da atividade. Portanto a realização dos mutirões está atrelada disputa entre os sujeitos e seus valores, na tentativa do coletivo modificar o objeto com o qual está se relacionando. A modificação do objeto coletivo não está situada na transfiguração do objeto a ponto de ser irreconhecível, não se trata pois de transitar entre a agricultura agroflorestal para a agricultura convencional mas sim de transformar o trabalho coletivo no mutirão a fim de compatibilizar interesse comuns. Esse processo contínuo de modificação do objeto, proporcionado pelas tensões e contradições da atividade está voltado para o melhor domínio do sistema técnico, a fim de buscar eficiência no trabalho com as agroflorestas ou de desenvolver novos desenhos para diferentes situações de trabalho.

3 PRINCÍPIOS E FERRAMENTAS TEÓRICAS DA CLINICA DA ATIVIDADE

Com a aproximação intensa do pesquisador com o meio pesquisado buscou-se a

aproximação com a metodologia da clínica da atividade que por um lado viabiliza a criação de novos recursos para a atividade de trabalho e por outro a produção de conhecimentos sobre esse processo de criação (SOUTO, LIMA e OSÓRIO, 2015). Compartilhamos com Clot (2007, p. 126) que a clínica da atividade possibilita “um movimento iterativo de vai-e-vem entre um estilo pessoal e um grupo social, que prova sua experiência no contato com o primeiro, ele desemboca numa interrogação metodológica”.

A geração desse processo de questionamento metodológico é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa a que nos propusemos. A presente pesquisa buscou escapar da relevância numérica empreendida por grande parte das pesquisas científicas inseridas no paradigma predominante de ciência. Segundo Clot (2007 p. 126) “essa mudança de paradigma afeta simultaneamente o olhar lançado ao operador e o olhar lançado sobre o grupo social de referência, cada um dos quais passa por sua vez a sujeito e não simplesmente objeto da observação ergonômica”.

Relações em diferentes direções são acompanhadas no trabalho da clínica da atividade e possibilitam ao pesquisador ampliar suas evidências sobre o processo de transformação da atividade de trabalho. Entretanto esse trabalho se apresenta ao pesquisador como um enorme desafio, pois as relações que o pesquisador estabelece com o sujeito(s) e objeto(s) da atividade influenciam constantemente a pesquisa e devem ser considerados.

A intensidade e especificidade da relação que o pesquisador estabelece com os interlocutores envolvidos na pesquisa deve ser considerada e não se pauta por critérios quantitativos. Esse argumento se aproxima da afirmação de Clot (2007, p. 126), onde “a singularidade pode ser objeto de estudo desde que se integre a compreensão de uma situação à unidade subjetiva de uma experiência e não apenas às representações funcionais que, por outro lado, essa mesma experiência supõe”.

Seguindo essa atribuição buscamos na especificidade, traços da complexidade social no qual essa especificidade está inserida. O próprio padrão que nos permite fazer pesquisa, deve portanto ser repensado quando se trata de pesquisas que buscam considerar a atividade humana como terreno fértil para análises. Nas palavras de Clot (2007, p. 126)

não se pode considerar o geral como aquilo que resta depois de se terem eliminado todas as singularidades vinculadas com as situações reais (...) o geral tem que ver mais com os mecanismos de desenvolvimento do que com os mecanismos de funcionamento, efetivamente mais distanciados dos domínios do repetível

Trata-se portanto de identificar os mecanismos de mudança e transformação dos sentidos, atribuídos pelos sujeitos na ação. E aqui estão incluídas as ações de pesquisa e intervenção realizadas no quadro da teoria histórico-cultural e mais especificamente da Clínica da Atividade.

Se normalmente é no geral que se buscam os padrões a serem mobilizados nas produções teóricas, é no específico que se encontram os processos de construção desses padrões. O acompanhamento do processo no nível micro dos acontecimentos, ou seja da especificidade, garante a compreensão sobre as contradições, os impedimentos e os conflitos presentes nas generalidades.

O acompanhamento de traços da atividade humana coloca para o pesquisador o desafio de ajustar os métodos de coleta e análise de informações. Pois é no terreno constituído pelas complexidades e pelos diferentes contextos sociais que tanto o pesquisador como o trabalhador se colocam frente a frente com problemáticas por vezes diferentes. Segundo Clot (2007, p. 127) “a análise psicológica do trabalho é sempre a análise de um sujeito, de um grupo ou de vários, numa situação ou num meio (...) o analista do trabalho é precedido no “campo” por aqueles que nele vivem”.

Nesse sentido a adaptação e reconstrução de métodos e perspectivas se fazem fundamentais no desenvolvimento da pesquisa. A complexidade envolvida com a especificidade analisada impede o uso tal qual é feito em outros contextos devido a diferença nos antecedentes da pesquisa.

Para tanto, a metodologia geral proposta buscou na teoria histórico-cultural elementos de base para a construção das ferramentas e métodos de concepção do problema, coleta e tratamento de dados e informações.

Os métodos utilizados no desenvolvimento do trabalho envolveram prioritariamente ferramentas teórico-conceituais voltadas ao acompanhamento da atividade coletiva dos mutirões. Nesse quadro metodológico foram realizados registros no formato de relatos escritos sobre as tarefas desenvolvidas no projeto Agroflorestar, bem como, registros fotográficos, de áudio e vídeo. Os dados foram produzidos buscando

munir o pesquisador de informações que possibilitem desenvolver questões que contribuam com a compreensão da formação de coletivos no processo de formalização da experiência e no desenvolvimento da atividade de mutirão agroflorestal junto ao grupo de agricultores da gleba Pantanal.

Métodos indiretos foram utilizados para desenvolver processos de co-análise da atividade de trabalho do mutirão e identificar os elementos constituintes do coletivo de trabalho.

Para abordar a questão do desenvolvimento no quadro de um processo metodológico torna-se necessário tratar a atividade humana sob dois ângulos, inseparáveis, mas distintos:

- 1) o ângulo da atividade realizada. Nós a designaremos como uma ação constituída de gestos (uso de instrumentos, posturas, atitudes etc.) e de atos languageiros (intervenções orais, trocas dialógicas) e;
- 2) o ângulo do conjunto do que se produz no desenvolvimento da atividade, muito mais amplo, englobando dimensões subjetivas. Segundo Roger (2013, p. 113)

essa metodologia cria processos que permitem, dentro de um contexto regulado, fazer emergir uma nova atividade que, de uma maneira ou de outra, retomará e fará surgir os conflitos técnicos, sociais ou pessoais do real da atividade e as soluções que são apresentadas (...) somente quando a experiência serve para fazer outras experiências é que mantemos as rédeas da história, não tentando negá-la mas intermediando o seu desenvolvimento

Segundo essa perspectiva é necessário organizar “repetição sem repetição”. Para tanto, instrumentos indiretos como o método da autoconfrontação foram utilizados com o grupo de trabalho nos mutirões.

Segundo Roger (2013, p. 114) a autoconfrontação contribui para o retorno ao vivido a fim de viver outros vividos. Essa metodologia proporciona um diálogo interior do sujeito quando ele é confrontado com o vídeo sobre sua atividade. Segundo o autor as surpresas (espantos, estranhamentos), por vezes muito significativas diante do que ele (sujeito) faz efetivamente com relação ao que acreditava ter feito (...) o incitam a reflexão”.

O pesquisador atua portanto elaborando questionamentos destinados ao(s) sujeito(s), que contribuem no aprofundamento do debate sobre a atividade realizada.

Posteriormente será utilizada a autoconfrontação cruzada onde dois sujeitos diferentes, na presença do pesquisador, assistem e cometam a atividade realizada pelo outro. Nesse momento o

jogo das discordâncias entre os contextos propostos, o da atividade realizada e o da segunda atividade, permite muitas vezes relançar a repetição de um funcionamento além da sua repetição, a fim de que a atividade de cada um e do coletivo retome seu curso (ROGER, 2013, p. 114).

A mudança e as aprendizagens decorrentes dela são monitoradas e registradas a fim de evidenciar o processo de desenvolvimento. Com a co-análise realizada junto aos sujeitos da ação é possível acompanhar o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de mutirão. Aspectos como o planejamento, a execução e os elementos envolvidos nas ações integram o quadro geral evidenciado, enfatizando o debate entre a distância dos acordos (pretendidos) e o realizado pelo grupo.

No que diz respeito ao desenvolvimento da atividade, Roger (2013, p. 114) afirma que é possível que ele seja realizado por

rearranjos de conflitos do real da atividade, mas também pelo desenvolvimento de uma ação mais eficaz, graças ao acesso às maneiras de fazer, técnicas e simbólicas, dos outros, por meio do exame e da transformação dos seus próprios modos de fazer.

4 TENSÕES NA SITUAÇÃO DE CAPTURA DE IMAGENS

No período em que as imagens analisadas pelos agricultores na autoconfrontação foram captadas, haviam algumas tensões no grupo de agricultores que devem ser consideradas pois elas influenciam diretamente na coleta e no tratamento das informações desse projeto de pesquisa. Caso não sejam consideradas, podem levar a desvios que dificultam a descrição e podem comprometer os resultados obtidos com a pesquisa.

Um primeiro fato a ser destacado é que o mutirão escolhido para as autoconfrontações, realizado no dia 10/07/2015 deveria ter ocorrido na sexta feira da semana anterior, dia 03/07/2015. Entretanto o acúmulo de chuvas durante a noite anterior levou ao agricultor *anfitrião* a adiar a atividade para a semana seguinte. Fato compreensivo, tendo em vista que as atividades realizadas pelos trabalhadores da

agricultura sofrem constantes influências das condições climáticas. Os fatores climáticos são decisivos na realização das tarefas na agricultura, pois influenciam diretamente no ajustamento do que foi planejado e o que será executado pelo agricultor. Se considerarmos, por exemplo, uma situação onde um agricultor precisa revolver o solo para formar canteiros para o plantio. Caso tal agricultor se depare com um solo excessivamente encharcado ele terá dificuldades de manejar o solo, caso realize o manejo mesmo com a terra encharcada, aumenta-se o risco, por exemplo, de que as máquinas travem devido ao acúmulo de barro em determinadas partes do equipamento utilizado.

A questão que se coloca como possível causadora de desconfortos e tensões entre o grupo é que a informação de cancelamento do mutirão, no dia 03/07/2015, só foi passada às pessoas que participariam do mutirão no momento em que chegaram à propriedade para realizar o trabalho.

O comprometimento das pessoas que participariam do mutirão estava estabelecido de forma assimétrica, no período de Julho de 2015. A desconfiança na realização das atividades, conforme combinadas previamente, afeta diretamente o empenho das pessoas na realização do mutirão, assim como o próprio acordo do que é o mutirão e como ele deve funcionar.

5 ETAPAS DE PRODUÇÃO DE DADOS

A aplicação do método da autoconfrontação junto ao grupo de agricultores teve como objetivo produzir dados que levassem os agricultores agroflorestais a analisarem o seu trabalho de implantação e manejo das áreas de agroflorestas. A metodologia utilizada nessa pesquisa atribui ao pesquisador a função de se tornar instrumento para que os agricultores reflitam sobre sua própria experiência. Os passos aqui descritos fazem parte da pesquisa realizada, mas não incluem a totalidade dos procedimentos realizadas pelos agricultores. Tendo em vista que os agricultores também realizaram processos, que são desdobramentos da aplicação do método, e que o pesquisador não consegue acessar, uma vez que não é possível que um sujeito acesse a dimensão pessoal de outro sujeito. Portanto reflexões, conversas, mudanças nas práticas de trabalho são resultados que demandariam um tempo maior de pesquisa e extrapolam, nesse momento, a aplicação do

método.

Na tabela abaixo são descritas as sete etapas realizadas na produção de dados e informações voltadas a autoconfrontação simples e cruzada. São também apresentadas as datas – ou períodos - da realização de cada etapa.

TABELA 3: ETAPAS DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

ETAPA	DATA/PERÍODO	TAREFAS REALIZADAS
1	26/06/2015 a 28/08/2015	Produção de imagens em sete mutirões
2	19/08/2015 a 13/01/2016	Seleção do mutirão para as autoconfrontações simples e cruzada
3	13 a 29/01/2016	Definição dos temas a serem discutidos nas autoconfrontações
4	30/01/2016	Realização da autoconfrontação simples
5	01/02/2016	Realização da autoconfrontação cruzada
6	03 a 23/02/2016	Transcrição da autoconfrontação
7	24/02/2016 a 31/05/2016	Análises e discussão dos dados

FONTE: O autor (2016).

Na sequência essas etapas metodológicas são descritas a fim de qualificar as informações do quadro a cima.

1.1.1 Produção de imagens em sete mutirões

Essa etapa foi realizada com o registro dos mutirões realizados semanalmente pelo grupo de agricultores agroflorestais da gleba Pantanal. Os registros foram realizados nas datas dos dias 26/06/2015, 10/07/2015, 31/07/2015, 07/08/2015, 14/08/2015, 21/08/2015 e 28/08/2015. Os sete mutirões registrados ocorreram nas propriedades dos quatro agricultores integrantes do grupo, sendo que três agricultores receberam dois mutirões em suas áreas e um agricultor recebeu só um mutirão.

Essa sequência de registros demonstra que a sincronia do rodízio dos mutirões – um na casa de cada agricultor – pode ser alterada, isso ocorre por diversos motivos. Os mais comuns, como foi o caso nesse “ciclo” de mutirões registrados é se o tempo no dia do mutirão está muito chuvoso o mutirão é cancelado, adiando para a semana seguinte a realização do mutirão na casa do mesmo agricultor.

Outro fator que influencia na sequência das propriedades que recebem o grupo é a não participação de um agricultor no mutirão semanal. Essa situação implica que o grupo “*pule*” o mutirão marcado na casa do agricultor “*faltante*” até que ele regularize sua participação em um ciclo completo de mutirões e o grupo retorne à sua propriedade.

1.1.2 Seleção do mutirão para as autoconfrontações simples e cruzada

Nessa etapa o pesquisador assistiu as filmagens produzidas nos sete mutirões e selecionou um mutirão para a elaboração do vídeo a ser apresentado na autoconfrontação simples e cruzada. No total foram assistidas 8h e 23min de gravações videográficas, coletadas nos sete mutirões.

Dentre os mutirões registrados, foi escolhido o mutirão do dia 10/07/2015 pois nesse dia aparecem temas estruturais do grupo de agricultores, como as técnicas de cobertura dos canteiros, a implementação dos princípios da agrofloresta sucessional nas áreas individuais. Essas temáticas estão constantemente presentes nos debates do grupo de agricultores e desde o início do projeto Agroflorestar integram as pautas de reuniões dos projetos. Trabalhos acadêmicos foram realizados junto ao grupo de agricultores agroflorestais do Pantanal tendo como objeto de análise essas temáticas (KAMINSKI e LESAMA, 2013; KAMINSKI, 2014).

1.1.3 Definição dos temas a serem discutidos nas autoconfrontações

Os principais temas que levaram a escolha do mutirão do dia 10/07/2015 foram: 1. a relação do grupo de agricultores com as prescrições técnicas e com o técnico de campo do Projeto Agroflorestar; 2. a técnica de cobertura dos canteiros de agroflorestas e o uso do capim para a cobertura.

Com esses temas definidos pelo pesquisador, foi elaborado um vídeo de 19 minutos e 21segundos. O vídeo serviu de base para fomentar a discussão durante a aplicação do método da autoconfrontação.

1.1.4 Realização da autoconfrontação simples

Essa atividade consistiu em assistir em conjunto com o agricultor *anfitrião* o vídeo elaborado na etapa anterior com o objetivo de possibilitar que a experiência do mutirão realizado no dia 10/07/2015, servisse de base para outras experiências (ROGER, 2013, p. 113).

No momento da aplicação do método de autoconfrontação simples, estavam presentes o agricultor *anfitrião*, a *esposa do agricultor anfitrião* e o *pesquisador*. O local onde foi realizada a autoconfrontação simples foi a casa do agricultor *anfitrião*.

Nesse momento foram gerados alguns debates sobre os temas escolhidos pelo pesquisador, que possibilitaram o aprofundamento de algumas temáticas desenvolvidas entre os dois agricultores na etapa seguinte.

No final da autoconfrontação simples o pesquisador solicita ao agricultor *anfitrião* que escolha outro agricultor que participou do mutirão analisado no vídeo para a realização da autoconfrontação cruzada. O pesquisador propõe que seja um agricultor de confiança, a fim de identificar traços que levem o agricultor a acessar sua rede de relações e apresentar um colega de trabalho que tenha abertura para um debate sobre valores relacionados ao trabalho com os sistemas agroflorestais. A indicação feita *pelo agricultor anfitrião* para debater o tema escolhido é essencial para a aplicação do método. Quando o próprio agricultor escolhe o outro sujeito, isso garante que mesmo com possíveis tensões e constrangimentos durante a aplicação do método, os participantes continuem a debater os temas propostos.

1.1.5 Realização da autoconfrontação cruzada

Na autoconfrontação cruzada estavam presentes o agricultor *anfitrião*, o agricultor *convidado* pelo *anfitrião* - para participar da aplicação do método - , a *esposa do agricultor convidado* e o *pesquisador*. O local onde foi aplicado o método da autoconfrontação cruzada foi na casa do agricultor *convidado*.

Da mesma forma que na autoconfrontação simples, o pesquisador - no início da seção – combinou com os agricultores que se houvesse alguma questão a ser

comentada, tanto os agricultores como o pesquisador poderia solicitar a pausa do vídeo para realizar o comentário.

Durante a apresentação do vídeo do mutirão, dois foram os principais temas debatidos: o trabalho nos mutirões e o uso do capim como adubação dos canteiros.

A autoconfrontação cruzada, assim como a autoconfrontação simples foram registradas por meio de audiovisual a fim de produzir o registro tanto do debate entre os agricultores como da atuação do pesquisador durante a realização do procedimento. O registro das autoconfrontações são fundamentais para que o pesquisador posteriormente possa acessar ou identificar nuances e pistas da atividade que não são possíveis de serem identificadas durante a ação.

1.1.6 Transcrição da autoconfrontação

Após a aplicação das autoconfrontações o pesquisador selecionou as filmagens da autoconfrontação cruzada para realizar a transcrição das falas dos participantes. Essa opção metodológica foi realizada a fim de identificar possíveis contradições e impedimentos para a realização da atividade coletiva do mutirão agroflorestral na gleba Pantanal.

Como na autoconfrontação simples só o agricultor *anfitrião* pôde falar das suas concepções sobre o vídeo apresentado, a autoconfrontação simples possibilita que os sujeitos da pesquisa identifiquem tensões consolidadas no coletivo de trabalho. A importância da autoconfrontação cruzada está na relação entre as dimensões interpessoal e transpessoal do gênero profissional.

Portanto a escolha de realizar a transcrição da autoconfrontação cruzada foi fundamental para identificar as tensões entre os dois agricultores e deles com o grupo de agricultores da gleba Pantanal que trabalham com sistemas agroflorestrais.

Depois de tomada essa decisão, foi realizada a transcrição do material videográfico com duração de 1 hora 53 minutos e 59 segundos. O processo de transcrição gerou um documento de 66 páginas com informações sobre o horário de início da fala, o nome do sujeito que fala, e a fala propriamente dita.

1.1.7 Análises e discussão dos dados

Munido da transcrição, realizada na etapa anterior, o pesquisador realizou a identificação de temáticas recorrentes no diálogo. As temáticas que surgiram foram: a cobertura dos canteiros com podas de plantas; o trabalho nos mutirões; a relação entre os técnicos do projeto Agroflorestar e os agricultores; o método da autoconfrontação simples e cruzada e; a concepção de novas prescrições.

Posteriormente houve a seleção da temática *trabalho nos mutirões* para realizar a discussão dos dados e criar generalizações capazes de relacionar as falas dos agricultores com a base teórica da teoria histórico - cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1 ESTRUTURA DA ATIVIDADE COLETIVA DOS MUTIRÕES AGROFLORESTAIS

Para nos aproximarmos dos dados da presente pesquisa buscamos na sequência compreender como se dá a relação entre os sujeitos participantes do trabalho coletivo do mutirão. Para tanto é necessário lembramos os elementos básicos da Atividade, que segundo Folcher e Rabardel (2007) se constitui na e pela relação simultânea entre os diferentes polos da atividade: o sujeito, o objeto, os instrumentos e os outros.

Na atividade do mutirão agroflorestal o foco se volta para a atuação dos sujeitos que ao mesmo tempo em que transmitem, renovam o arcabouço técnico utilizado na implantação das áreas de SAFs. Portanto considera-se aqui como sujeito os participantes do trabalho coletivo nos Sistemas Agroflorestais.

As pessoas que participam do trabalho coletivo do mutirão concebem a todo o momento instrumentos para a compreensão da realidade e para a intervenção nessa mesma realidade. Esse movimento de relação com o real se dá em diferentes dimensões e de diferentes formas, dependendo do envolvimento do sujeito com a situação. No caso dos sujeitos que chegam nesse contexto, eles se utilizam da atividade coletiva do mutirão para se apropriar desse espaço. Clot, citando Vygotsky, afirma que

a atividade coletiva aparece duas vezes no desenvolvimento da atividade individual. Inicialmente fonte da atividade individual, a vida coletiva se torna recurso para essa atividade individual (...) ela obedece a uma *migração funcional* (...) Nesse movimento entre fontes e recursos, a própria atividade individual surge duas vezes: a primeira, no plano social; em seguida, no nível psicológico. Em primeiro lugar, enquanto categoria intersicológica; em seguida, como categoria intrapsicológica (CLOT, 2010, p. 166).

O movimento do social em direção ao individual fornece as primeiras referências para que o sujeito se situe na atividade coletiva. Na sequência ele, munido de recursos criados no contato com o coletivo começa a pautar a atividade coletiva e marcar sua presença na atividade. É nesse momento que ocorre, segundo Clot, a transformação do indivíduo em sujeito:

O indivíduo se torna sujeito psicológico quando ele “começa a utilizar, em relação a si próprio, as mesmas formas de conduta que os outros haviam empregado, em primeiro lugar, para com ele” (...) Em seguida, será obrigado a liberar-se delas. Com efeito, somente com essa condição é que o sujeito poderá empreender a própria atividade na vida social para, finalmente “dar sua contribuição (CLOT, 2010, p. 166).

Com a chegada de pessoas externas ao grupo de agricultores agrofloretais, no trabalho coletivo dos mutirões, esse movimento se dá de forma permanente. A relação entre os agricultores que estão desde o início do grupo, com agricultores que chegaram posteriormente, fornece algumas pistas da transformação dos sujeitos no contato com o coletivo que serve de referência para as práticas do sujeito seja no trabalho coletivo ou no trabalho individual, na sua unidade familiar.

Tanto os técnicos de campo do Agroflorestar como os agricultores do grupo, na situação de trabalho do mutirão, atuam na concepção das tarefas a serem realizadas durante o período do trabalho coletivo. Esse sujeitos, apropriados de outras referências coletivas, indicam os caminhos possíveis e mais apropriados para a realização da tarefa. Embora o conhecimento técnico – generalizante - seja um recurso disponibilizado pelo projeto na figura do técnico de campo, esse conhecimento é a todo momento colocado a prova pelo agricultor e pelos outros participantes do trabalho coletivo do mutirão. Essa tensão entre conhecimento técnico-científico e conhecimento popular possibilita ao coletivo se munir de recursos necessário à definição do que deve ser feito em cada mutirão.

No momento do mutirão os sujeitos desempenham tarefas carregadas de prescrições provenientes de suas experiências anteriores e mobilizadas na construção com os outros sujeitos. Esse processo colaborativo, mas não harmonioso possibilita o surgimento de novas prescrições, criadas na situação de trabalho para o bom andamento do trabalho no mutirão. A relação entre os sujeitos e o objeto de sua atividade é mediada pelo trabalho coletivo do mutirão.

Os mutirões se tornam portanto meio para a vitalidade do trabalho coletivo e garantem elementos capazes de contribuir para a formação dos coletivos de trabalho. No momento do mutirão os sujeitos se relacionam com múltiplos destinatários a fim de desenvolver a atividade (SANTOS, 2006). Todavia esses sujeitos não possuem controle sobre a totalidade do real, o que implica no constante processo de ajuste e

redirecionamento de sua atividade individual a fim de compatibilizá-la com as atividades dos participantes do trabalho coletivo.

Os sujeitos buscam no coletivo de trabalho as referências para compatibilizar a atividade individual e a atividade coletiva. Pois só o coletivo de trabalho, com sua história é capaz de fornecer a referência para a atuação dos sujeitos. Todavia essas referências não são fixas, elas servem para que o sujeito crie com base nelas novos estilos de atuação. Essa liberdade de criação dos sujeitos na atividade é fundamental para a vitalidade dos coletivos de trabalho uma vez que garantem a sua revitalização. Para Clot (2010, p. 167) “tem de haver uma história comum de reorganização do trabalho coletivo por um coletivo de trabalho: a história aberta de uma estilização genérica indispensável para conservar, diante do real, uma capacidade de agir conjuntamente”.

Os objetos e instrumentos da atividade coletiva são gerados nesse contato da atividade individual com a atividade coletiva. As ferramentas, teóricas ou não, como por exemplo o planejamento da produção, as épocas de plantio, as combinações entre espécies, são constituídas historicamente pelo coletivo de trabalho e mobilizadas pelos sujeitos no trabalho coletivo do mutirão. São esses sujeitos, carregados de conhecimentos prévios, capazes de serem colocados a prova e contribuir no desenvolvimento do trabalho coletivo que garantem a manutenção dos coletivos de trabalho.

O contato das técnicas e princípios externos à gleba Pantanal – provenientes de outros grupos de agricultores, de organizações ou pessoas consideradas como referência em sistemas agroflorestais – com os saberes gerados no local constituem, delimitam e moldam o objeto com que os sujeitos estão constantemente se relacionando.

O desenvolvimento da atividade individual de cada sujeito mobiliza diversos instrumentos constituídos a partir da sua participação em diferentes espaços como em reuniões de gestão e planejamento do projeto, capacitações, suas experiências anteriores de pesquisa, ensino e assistência técnica. Esse acúmulo de situações permite que os envolvidos com o trabalho coletivo tenham condições psicológicas e operacionais para lidar com os imprevisíveis do real.

O direcionamento da atividade desenvolvida nos mutirões agroflorestais é composta também pela constante relação dos sujeitos com os outros. Segundo Vygotsky

(CLOT, 2010, p. 60) os recursos necessários para o desenvolvimento da atividade humana é inicialmente fornecido pelos Outros. Integram pois esse polo da atividade do mutirão a própria equipe do projeto Agroflorestar, os gestores da Cooperafloresta, as instituições como a UFPR, a Embrapa, a Emater os agricultores participantes do trabalho coletivo e os que não participam, mas estão a todo o momento presentes na tomada de decisão sobre o que deve ou não ser feito e sobre a forma como cada tarefa deve ser realizada. Experiências de “sucesso” podem ser mobilizadas pelos sujeitos integrantes do trabalho coletivo no momento de definição das tarefas de cada participante assim como no curso em que essas tarefas são realizadas.

Na sequencia vamos nos aproximar da situação de trabalho coletivos dos mutirões agroflorestais na gleba Pantanal em Morreste e posteriormente compreender como se apresentam no projeto Agroflorestar (COOPERAFLORESTA, 2010) esses diferentes polos da atividade.

2 DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS DA AUTOCONFRONTAÇÃO

As divergências de objetivos entre os participantes do mutirão ficam evidentes na medida em que os agricultores, o técnico e as pessoas externas ao grupo de agricultores atuam no mutirão. A compreensão do que é o mutirão, desde o início dos trabalhos do Projeto Agroflorestar em 2011, tem se dado de forma contraditória a lógica dos participantes do mutirão. Tal descompasso entre os objetivos e metas do projeto e os objetivos e metas dos agricultores, estudantes e pesquisador integra um constante processo de ajustamento das atividades a partir da negociação sobre que tarefas devem ser realizadas para suprir as demandas de cada um desses diferentes objetivos. Se por um lado o projeto coloca metas a serem atingidas pelos agricultores, os agricultores também impõem ao projeto metas e objetivos a serem alcançados. Trata-se pois de um processo de construção e realização compartilhada de atividades.

O tempo destinado pelos agricultores para a realização do projeto é ajustado de acordo com a relação entre a coordenação do projeto e o trabalho dos técnicos de campo em conjunto com os agricultores. Não cabe portanto somente ao projeto ditar quais são as tarefas e qual o ritmo de realização dessas tarefas, os agricultores influenciam a todo o momento no que deve ou não ser feito.

Um exemplo dessa influência dos agricultores é a mudança do dia da semana em que o mutirão é realizado. Esse fato pode ser visualizado no mutirão analisado a partir da influência de um agricultor, que por motivos religiosos não trabalha após o pôr do sol da sexta-feira. Esse agricultor guia sua programação de trabalho semanal com base nessa premissa – a de guardar o sábado. Todavia para que o agricultor possa “guardar o sábado” ele deve realizar os seus afazeres domésticos, antes do pôr do sol da sexta-feira. Ou seja, é necessário que o agricultor destine o período da tarde das sextas-feiras para organizar sua residência e portanto não pode participar de atividades externas a sua unidade familiar. Tal fato demonstra que o projeto está sujeito a influência de outras dimensões – nesse caso religiosa – constituintes dos sujeitos, e que influenciam na realização das atividades previstas no projeto. Essa condição acaba levando o grupo de agricultores a mudar o dia de realização dos mutirões, que anteriormente eram realizados as sextas-feiras e passam para as quintas-feiras.

Assim como esse agricultor, ou outros sujeitos que integram os mutirões na gleba pantanal, trazem para a formação do trabalho coletivo do mutirão suas influências provenientes de suas visões de mundo.

Outro fator que influenciou o grupo na forma de realização dos mutirões foi um acidente de trabalho que ocorreu com um agricultor experiente. Durante o teste de um triturador adquirido pelo projeto para diminuir o tamanho das podas colocadas nos canteiros, o agricultor que estava desempenhando a função de triturar a matéria orgânica cortada pelos outros participantes do mutirão, passa a mão nas lâminas do equipamento em funcionamento e se corta. Tal situação levou o grupo a cancelar o trabalho coletivo que estava sendo realizado e socorrer o colega de trabalho.

Esse acidente influenciou de forma decisiva na realização do trabalho coletivo. O agricultor que se acidentou se constituiu como uma importante referência para outros agricultores do grupo e seu processo de recuperação influenciou na realização semanal dos mutirões.

As situações relatadas acima criam novas configurações e a reorganização do trabalho coletivo do mutirão. Entretanto é a permanência da relação entre os sujeitos integrantes do trabalho coletivo que demonstra a existência de vínculos que existem para além das atividades realizadas no âmbito do projeto Agroflorestar.

Esses imprevistos impostos pelo real, possibilitam que o trabalho coletivo do

mutirão se desenvolva. Entretanto isso só é possível se esse trabalho coletivo estiver apoiado em um coletivo que muitas vezes é composto por sujeitos com intencionalidades divergentes no que diz respeito ao trabalho coletivo.

Para o agricultor que recebe o mutirão, este é um espaço de trabalho, com potencial para “adiantar” o trabalho que ele deve realizar. A relação criada pelo agricultor com o grupo do mutirão pode ir no sentido contrário ao objetivo daqueles que tem no mutirão um espaço de aprendizagem.

Mas se para os agricultores o fato de compreender no mutirão um momento em que as pessoas são força de trabalho, capaz de transformar o ambiente, para o técnico e para o pesquisador esse espaço pode assumir outros sentidos como o de ensino e o de pesquisa, respectivamente. A divergência de compreensão do que é o trabalho coletivo no mutirão é uma constante. Algumas pessoas que se relacionam com esse espaço vê no mutirão um ambiente voltado para a realização de tarefas de trabalho, mas o mutirão analisado pode, e é também visto como um espaço de formação para os que dele participam. Dependendo do sentido que se atribui a esse espaço, diferentes intenções e expectativas, quanto a sua realização, começam a tensionar o trabalho coletivo.

O (re)encontro com a experiência, realizada nas sessões da autoconfrontação simples e cruzada, envolvendo os agricultores agroflorestais e o pesquisador, nos permite compreender essa divergência. O agricultor que participou da autoconfrontação simples é o agricultor anfitrião. E o agricultor que participou da autoconfrontação cruzada estava no dia do mutirão realizando o trabalho na área do agricultor anfitrião. Portanto ambos estavam presentes no dia em que as imagens foram coletadas e se colocam – na realização da autoconfrontação simples e cruzada - como expectadores ativos de sua própria história. Esse caminho metodológico permite que os próprios agricultores mobilizem suas experiências e ressignifiquem suas práticas.

No vídeo utilizado para fomentar as discussões das autoconfrontações simples e cruzada, o técnico chega e questiona a decisão tomada pelo do Agricultor anfitrião de realizar, naquele mutirão, somente uma ação: a de cobrir os canteiros de agrofloresta com o Jasmine (*Hedychium coronarium*). Para o técnico as tarefas que idealmente deveriam ser realizadas é as de realizar o plantio de mudas de árvores e a poda de algumas plantas. Nesse momento o agricultor anfitrião não concorda com o questionamento no técnico e explica que a sua decisão busca realizar um trabalho eficiente e que dê conta de

realizar o serviço somente no período da manhã, portanto que seja uma só tarefa realizada por todos os participantes do trabalho coletivo. Explica que sua intenção é que todas as linhas sejam cobertas no período da manhã.

Aqui se instala portanto uma divergência entre a prescrição do técnico - que representa o projeto Agroflorestar - e a prescrição do agricultor anfitrião. Tem-se nessa situação a contradição explícita entre o mutirão enquanto espaço de trabalho e o mutirão enquanto espaço de aprendizagem.

O agricultor e o técnico representam nesse momento duas lógicas que estão a todo momento tencionando a definição do que é um trabalho bem feito. Se por um lado realizar a cobertura da maior área possível pode ser considerado como “fazer o trabalho render”, por outro lado, realizar a cobertura de poucos canteiros, mas de modo que não seja necessário voltar a esses canteiros para realizar a poda e o plantio das mudas também pode ser considerado como “fazer o trabalho render”. Ambas as lógicas estão pautadas pelo princípio de eficiência no trabalho.

No vídeo, o agricultor defende sua decisão, apresentando duas justificativas do porque realizar uma só tarefa – a de cobertura de todos os canteiros. Ele afirma que sua decisão foi tomada com base em dois objetivos, o de fornecer matéria orgânica – adubação – para as linhas de agrofloresta e o de impossibilitar o crescimento no canteiro de plantas espontâneas - não desejáveis pelo agricultor.

Entretanto é possível identificar que a variável que está sendo utilizada, na decisão do agricultor *anfitrião*, é o melhor uso do tempo do mutirão para realizar a cobertura do maior número de canteiros. Agora vamos verificar como isso aparece na autoconfrontação cruzada – onde os dois agricultores e o pesquisador dialogam sobre a situação de divergência entre a prescrição do técnico e a do agricultor anfitrião.

QUADRO 1.: TRECHO DA AUTOCONFRONTAÇÃO CRUZADA

J.: e aqui o.... a gente conversou um pouco né... aquele dia... (que) o... L. P. [Técnico] ele veio com uma outra proposta né do... do mutirão né... de já plantar junto ali...

Z. I.: uhum...

J.: não sei o que que você acha...

Z. I.: não é... é... o tal caso... é que nem o C. [Agricultor 1 - Anfitrião] falou ali... tudo depende do(...) ritmo do aceleração do serviço que você vai fazer... por que quando nós tava fazendo... na época que nós estava fazendo o mutirão o dia inteiro (...) ai seria aconselhável... no caso por exemplo (...) uns dois ou três já forrando e os outros plantando... ou se não... plantar os arvoredo primeiro e depois forrar... só que dai judia das muda... o certo é que nem ele falou ali fazer a forragem primeiro pra depois plantar as muda... por que dai (você já vê ali) o lugar que você vai ponhar a muda e vai mexer só ali (...) o mais certo seria isso ai... que nem no caso que nem nós... fazendo as pegada ((mutirão)) até o meio dia.. ai não dá pra você... querer adiantar muito uma coisa né... então é... e outra coisa também que... que nós tamo apanhando também é... apanhamo bastante agora se for pra dar continuidade de novo outra vez... e/e... mas faz hora que a gente vem cobrando isso... só que quando chega na hora a gente não faz... não/não... ponhar na cabeça de quantidade que vai ter que fazer tantas linha... fazer uma linha só mas *fazer bem feito*... já fazer e já deixar tudo... deixar tudo bem organizado mas já deixar plantado... por que aqui nós cansamos de fazer ((a)) linha e dai não plantar no dia... depois a gente tem que plantar então... seria o certo nós levar tudo pronto né... já mexer com a terra já fazer a forragem e já plantar... ai... se fosse levando assim alternado assim... que nem esse quadro do C ((se referindo ao agricultor anfitrião) ai... esse quadro dele ai se fosse... pra ir... que nem tava indo de vagar os mutirão... pra plantar as banana que nem ele plantou ali... se fosse só nos mutirão... ia uns par de tempo pra ele poder plantar essa área... então ele optou por plantar pra depois voltar pra fazer esse manuseio da forragem... é o que o CL. [Agricultor 3 – ((se referindo a outro agricultor do grupo))] fez aqui... nessa área dele aqui tá tudo plantada mas também tá sem forrar... então agora... agora pra frente que é hora de começar a vir pra cuidar da forragem... mas já é um pouco mais atrasado mas... não/não tem não tem outro jeito... é complicado... por que quando é uma turma grande... é bom de você trabalhar... e/e pegar o dia inteiro... uma turma grande mais assim uma turma que:/:que pega pra fazer o troço... que nem era do tempo do... sempre eu falo isso ai pro C. ... o tempo que era eu mais o... você mesmo lembra disso... o tempo que era eu e o F. [Agricultor 4] o Z. [Agricultor 5] e o S. [Agricultor 6]... nós acelerava o troço... depois que eles saíram... parou o troço rapaz... não vai... a gente vai dá umas pegadinha com uma preguiça da nada com uma má vontade parece que não

vai fazer o troço... e dai nós pegava e arreventava o troço mesmo... era pra ir mesmo... né... um não escorava nas costa do outro... ai a coisa vai... mais dai se você chega ali... que (nem) nós por exemplo (as vezes) tem acontecido muito... você chega ali dai tem um.. um serviço ali meio meio bravo... o cara já chega já da uma olhada e já não quer fazer... já quer cassar uma (tarefa) mais fácil pra fazer... dai um escora de um lado e outro escora do outro... dai fica difícil... dai não vai a coisa...

Legenda:

J. - [Pesquisador]

Z. I. - [Agricultor 2 – participante do mutirão]

FONTE: O autor (2015).

Já no início do diálogo é possível identificar, segundo o agricultor Z. I., que o tempo é uma variável que considerada no trabalho coletivo do mutirão. Portanto o trabalho coletivo realizado, depende da disponibilidade de tempo para a realização das tarefas pelas pessoas que integram o trabalho coletivo. Essa variável aparece quando o agricultor afirma que *tudo depende (...) do ritmo do aceleração do serviço que você vai fazer.*

Mas não é só o tempo que é considerado pelo agricultor – com a noção de ritmo – ele também apresenta que a intensidade do trabalho deve ser considerado – quando se refere ao aceleração do serviço. Nesse trecho encontramos de forma evidente a relação entre o tempo e a intensidade do trabalho. Portanto essas variáveis influenciam diretamente na tomada de decisão sobre qual é o trabalho a ser realizado no momento do mutirão.

Para explicar a influência do tempo no planejamento e na gestão do trabalho coletivo do mutirão, o agricultor mobiliza suas experiências em mutirões anteriores. A quantidade de tempo para realizar o mutirão aparece novamente, sendo decisiva na definição do que realizar no trabalho. O agricultor lembra que

na época que nós estava fazendo o mutirão o dia inteiro (...) ai seria aconselhável... (...) uma turma já ir... uns dois ou três já forrando e os outros plantando... ou se não... plantar os arvoredo primeiro e depois forrar... só que dai judia das muda...

Nesse momento o agricultor, munido de seu estoque de experiências, utiliza-se

dele para apresentar a importância do tempo mas também da melhor sequência em que as tarefas devem ser realizadas. Caso não sejam realizadas na sequência correta, corre-se o risco de “judiar” das mudas. O traço da mediação do coletivo, constituído historicamente na mobilização pelo agricultor de experiências coletivas anteriores é evidenciado no uso do pronome “nós”. O agricultor se utiliza portanto do coletivo para dizer aos presentes na autoconfrontação cruzada a importância da divisão de tarefas no trabalho coletivo dos mutirões. O vídeo da situação de trabalho, utilizado na autoconfrontação, provoca nesse momento a relação entre o diálogo interno e externo pelo agricultor.

O uso do coletivo pelo agricultor para mediar a sua relação com os presentes na autoconfrontação cruzada vai de encontro ao que Clot (2010) considera como um traço do gênero profissional: a mobilização de recursos situados no passado, no presente e no futuro para dar sentido e situar a atividade que está sendo desenvolvida. Para o autor:

na interseção das séries, ele(o Gênero) une o passado ao presente, o mundo dos predecessores ao mundo dos contemporâneos em um diálogo, às vezes, inaudível, quase sempre interrompido, sempre a retomar entre o passado superado e o futuro a viver (Idem, p. 170).

Os diálogos constantes entre o passado e o presente no trabalho coletivo dos mutirões, possibilita que o grupo de agricultores diversifiquem suas formas de agir e ampliem e compartilhem suas experiências vividas. Esse estoque coletivo de experiências garante segurança no enfrentamento das situações cotidianas de trabalho.

A noção de trabalho bem feito também surge no diálogo da autoconfrontação cruzada e congrega as variáveis de tempo e de intensidade do trabalho, discutidas anteriormente. O trabalho bem feito se constitui como um elemento fundamental, considerado pelo agricultor no trabalho coletivo dos mutirões agroflorestais. Para ele o que deve ser considerado no mutirão ideal não é a quantidade de canteiros implantados ou manejados mas a qualidade do trabalho realizado. A qualidade do trabalho coletivo está diretamente relacionado com a necessidade ou não do agricultor anfitrião realizar, posteriormente, tarefas que poderiam ser evitadas se o trabalho do mutirão fosse realizado com qualidade. O trabalho bem feito é, portanto, aquele que livra o agricultor anfitrião de voltar nos canteiros de agrofloresta para realizar tarefas de reparo. Pode-se identificar essa preocupação no seguinte trecho do diálogo:

não ponhar na cabeça [a] quantidade que vai ter que fazer tantas linha... fazer uma linha só mas *fazer bem feito*(...) seria o certo nós levar tudo pronto né... já mexer com a terra já fazer a forragem e já plantar...

Por mais que o trabalho bem feito seja uma referencia sobre como o mutirão deve ser realizado, o trabalho ocorre na maioria das vezes de forma diferente. Ocorre que o ajustamento entre o trabalho ideal e o trabalho possível está a todo o momento permeando a realização do trabalho coletivo do mutirão. As condições sociais, ambientais e de recursos (sementes, mudas, equipamentos, por exemplo) nem sempre estão em sintonia uma com as outras. Situações de desentendimentos entre os participantes do grupo de agricultores agroflorestais levam os presentes a realizar um trabalho diferente daquele realizado se não houvesse tais divergências – mesmo com a as condições ambientais e de recursos sendo ideais.

Esse descompasso entre o que é o ideal que deve ser feito e o que é possível de ser realizado é em grande parte resultado da relação entre o estoque de experiências - e formas do grupo lidar com as adversidades – e as condições que a situação de trabalho coloca ao coletivo.

A existência do compartilhamento de experiências pelos agricultores integrantes dos mutirões na gleba pantanal, demonstra que o grupo possui elementos que podem ser considerados como constituintes de um coletivo de trabalho. Entretanto só é possível o compartilhamento de experiências se houver o empenho dos sujeitos em tornar seu o que é do grupo. Por outro lado o grupo deve se constituir dos recursos – psicológicos – dos indivíduos que oferecem ao coletivo suas experiências e saberes individuais na construção de soluções para os problemas enfrentados coletivamente.

Esse movimento do social para o indivíduo e do indivíduo para o social é o que possibilita a transformação do indivíduo em sujeito psicológico (CLOT, 2010, p. 166). Entretanto essa relação na maioria das vezes não é uma relação fluida, pois ela encontra impedimentos tanto na história do sujeito e do grupo quanto na situação em que ambos estão expostos.

Traços desse movimento podem ser identificados quando o agricultor Z. I. diz: *mas faz hora que a gente vem cobrando isso... só que quando chega na hora a gente não faz*. A partir dessa afirmação cabem diferentes questionamentos como: por que o grupo não faz? O que os impede de fazer da forma que o agricultor acredita que deve ser feito?

O que impede o agricultor de realizar aquilo que segundo ele deve ser feito? As questões levantadas buscam problematizar a relação entre o sujeito e o coletivo, expostos na situação real de trabalho em mutirão.

Um fato que pode contribuir nessa reflexão é que uma semana antes da realização do mutirão analisado, algumas mudas de árvores nativas chegaram ao grupo de agricultores vindas da doação de um viveiro que estava sendo desativado no município de Antonina. Entretanto o agricultor anfitrião, naquele momento, não estava confiante em plantar essas mudas na sua área possivelmente pela dificuldade de manejo de espécies nativas impostas pela legislação ambiental. A incerteza se o plantio das mudas nativas é o melhor a se fazer levou o agricultor a não plantar e perder algumas mudas posteriormente.

Esse fato demonstra que a todo o momento os sujeitos e o coletivo são influenciados por questões sociais, sejam elas internas – como desentendimentos entre os integrantes do grupo – ou externas – como a legislação ambiental. Somente o coletivo pode construir possibilidades de superação desses impedimentos, pois os sujeitos de forma individualizada, na maioria das vezes se veem incapazes de superar tais desafios.

No processo de superação coletiva as dificuldades compartilhadas pelos sujeitos integrantes do grupo encontramos o que Caroly (2010, p. 90) afirma ser as características de um coletivo de trabalho, a saber a *capacidade do grupo se ajustar as dificuldades* e o *desenvolvimento das competências de todos*.

O agricultor Z. I. mobiliza sua experiência de trabalho com outros agricultores e relaciona com o trabalho coletivo dos mutirões a fim de demonstrar como o trabalho pode ser realizado de forma mais aproximada ao trabalho ideal. É possível visualizar essa afirmação quando o agricultor se refere aos mutirões realizados anteriormente:

e dai nós pegava e arrebentava o troço mesmo.../ não escorava nas costa do outro...

A constituição e o uso de uma história coletiva mobilizada na explicação do agricultor de como deve ser realizado o mutirão, demonstra que as experiências compartilhadas pelo coletivo permanecem no sujeito e ele as mobiliza de acordo com sua necessidade. Essa influência dos predecessores na atividade contemporânea, nos dá pistas de que existe um referencial que pode ser utilizado e ser seguido em futuros

trabalhos coletivos de mutirão.

Nesse trecho da fala do agricultor está presente a noção de eficiência do trabalho realizado em momentos anteriores, proporcionados pelo projeto Agroflorestar. O uso pelo agricultor do pronome “nós” pode indicar que, mesmo participando atualmente de um coletivo diferente daquele que já participou um dia, ele se identifica com o coletivo anterior e o traz para dialogar com o coletivo atual. A existência de um coletivo anterior é reforçada pelo seguinte trecho da fala do agricultor:

o tempo que era eu e o F., o Z. e o S... nós acelerava o troço... depois que eles saíram... parou o troço rapaz... não vai... a gente vai dá umas pegadinha com uma preguiça da nada com uma má vontade parece que não vai fazer o troço... e dai nós pegava e arrebetava o troço mesmo... era pra ir mesmo... né... um não escorava nas costa do outro...

A relação estabelecida pelo agricultor entre os coletivos – do passado e o do presente – só é possível devido a existência do que Clot (2010, p. 169) chama de gênero profissional. Pois é no gênero que está *esse corpo de avaliações comuns, que intercede na atividade pessoal e opera de maneira tácita* (Idem). O gênero profissional possibilita a relação entre os dois coletivos mobilizados pelo agricultor, o gênero se constitui como um intermediário sociosimbólico, um interlocutor profissional que atravessa a atividade de cada um dos sujeitos e coloca cada sujeito na interseção entre o passado e o presente.

A noção de um mutirão ideal apresentada pelo agricultor engloba portanto as tarefas do trabalho coletivo de forma articulada a fim de realizar um trabalho eficiente e bem feito. O agricultor afirma que o coletivo anterior “*acelerava o troço*”, “*arrebetava o troço mesmo... era pra ir mesmo...*”. A ênfase em demonstrar que o grupo anterior movimentava e acelerava o trabalho nos mutirões, permite afirmar que para o agricultor Z. I. o trabalho coletivo do mutirão demanda empenho dos sujeitos envolvidos na realização das tarefas acordadas. Com base na referência de um trabalho coletivo mais acelerado, o agricultor avalia que o coletivo atual deve se empenhar mais na realização das tarefas no mutirão.

O agricultor apresenta claramente que o trabalho realizado nos mutirões não está de acordo com o seu ideal de trabalho. Ideal constituído com base na sua experiência com o coletivo anterior. Entretanto não basta o trabalho ser mais acelerado para que o sujeito Z. I. se sinta parte do coletivo. Torna-se necessário que o agricultor se constitua como sujeito ativo no coletivo, estimulando e pautando constantemente o debate de

normas e valores. Segundo Caroly (2010, p.89):

“uma das funções dos coletivos de trabalho é estabelecer os critérios do que é o trabalho bem feito. Entretanto esse processo não pode ser realizado sem um aprofundado debate de normas e valores, que atravessam os coletivos de trabalho e os indivíduos que os compõem”

O desconforto apresentado pelo Z. I., no que diz respeito ao rendimento do trabalho nos mutirões, indica uma possível contradição entre o sentido que ele atribui ao mutirão e como o mutirão é realizado.

No quadro a seguir o agricultor Z. I. é questionado sobre o que deveria ter sido feito, em uma situação ideal, no dia do mutirão em análise. Essa pergunta, realizada pelo pesquisador, busca provocar a reflexão do sujeito e evidenciar uma contradição apresentada por ele mesmo, quando ele afirma que é melhor realizar apenas uma linha do que várias linhas e depois ter que voltar para corrigir as falhas e gastar muita energia no retrabalho. Segundo essa afirmação, para o agricultor é melhor realizar um número menor de canteiros do que fazer muitos canteiros de SAFs e ter retrabalho na mesma área.

Na situação analisada a única tarefa realizada foi a de cobertura dos canteiros. Não foram realizados nem o plantio de novas mudas e nem o manejo das plantas que já estão no canteiro, conforme indicação do técnico e do próprio Z.I..

Essa transcrição nos permite aprofundar as contradições presentes na definição do trabalho bem feito.

QUADRO 2.: TRECHO DA AUTOCONFRONTAÇÃO CRUZADA

Z. I.: dai... já fazer bem feito... nem que você faz uma linha só... mas vai fazer... que nem no tempo do inverno que dá pra fazer o dia inteiro (de mutirão)... ai você vai fazer o dia inteiro você faz um trabalho bem feito... já leva o troço... nem que fica uma linha só pronta... mas aquela linha (ficou) que você não precisa voltar depois né... é o mais prático é igual nós fazia aqui... esses tempo aqui.... que nós fazia com... forragem de madeira né... nós já deixava... tudo pronto já...

J.: não precisava voltar...

Z. I.: é não precisava voltar pra traz... ai no outro dia que você ia voltar pra traz... ao invés de você voltar pra traz pra você mexer ali... você ia pra frente... dai... é mais pratico...

C.: você vê foi o que o... Z. I. diz é assim... já passa a tobata... () faz o canteiro né... ai já joga o esterco o calcário... tudo certinho ali... (o pó de rocha... tudo) o que já for ponhar na terra... e ai pega e já vem () essas coisas tudo certinho...

Z. I.: é...

C.: ai plantou pra você não mexer mais no canteiro... dai (a gente vê) como a gente fazia... como se fosse assim... a gente foi plantado uma coisa antes... depois quando chegava alguma muda (a gente) vinha replantando... como até hoje tem... tem:: canteiro que não tem muda né...

Z. I.: é...

C.: pé de banana tem bastante que a gente conseguiu aqui... mas e de fruta... de outras coisa assim... já não... já é difícil... dai quando é:: ali((aponta para o video do mutirão))... ai tinha acabado de chega parece da Copel ou coisa assim... mas não tava na hora... por que dai tinha que () pra depois... é fazer isso ai... então tinha que ser... e as linhas já tava carpida... as linha que ia usar... já tava posto o calcário... tava posto o esterco... né... o pó de rocha... que...((olha para o Zé Inácio e dá risada)) que não adiantou muito coisa... mas... ele já tava posto... então era só cobrir pra que o mato não crescesse pra quando viesse plantando... de uma vez só... implantava tudo (junto)... que dai “emberçava” tudo e... (dai foi o que nem o que eu fiz ai...)

Z. I.: por que você vê... desde quando nós começamos nessas linha ai... desde o começo aqui até o final... essas linha minha ai depois que eu plantei ela... eu não ponhei enxada mais... eu vou ter que ponhar agora por que eu deixei abandonado... ali eu já tive que carpir de enxada... e pra cá eu vou ter que carpir também... por que dai eu deixei... não/não: deu pra mim manusear ela... aquele cipozinho daquelas cordinha de viola...

aquilo tomou conta rapaz... aquilo vai me dar um baile moço do céu tô até vendo... mas eu vou ter que entra com a enxada de novo... depois de... de quatro anos... eu vou ter que entrar com a enxada... em quatro anos eu não precisei ponhar a enxada ali... é no cortar o capim mesmo... já ir cortando o capim pra jogar.. mais um pé de mato que tinha... a gente quebrava com a mão ali na hora ali... veja o tanto que facilitou... o capim pra mim ali... que nem diz o outro... é aonde que as vezes eu falo de acabar com ele e fico pensando tava falando pra O... falei por que... nós ainda tem... ainda tem essas área ainda pra lá... e a gente mexe com esses outro canteiro ai pra plantar verdura... eu acho que ainda não é lucro acabar com esse capim agora... vamos deixar mais um pouco...

Legenda:

J. - [Pesquisador]

Z. I. - [Agricultor 2]

C. - [Agricultor 1]

O. - [Agricultora esposa do agricultor 2]

No início do trecho transcrito o agricultor reforça que é muito difícil realizar um trabalho bem feito em uma grande área de terra. Essa afirmação aparece duas vezes, na mesma fala, localizada já no início do diálogo:

“dai... já fazer bem feito... nem que você faz uma linha só...”

“nem que fica uma linha só pronta... mas aquela linha (ficou) que você não precisa voltar depois né... é o mais prático”.

O agricultor Z. I., quando questionado sobre o trabalho que foi realizado no mutirão em análise, apresenta que o trabalho foi realizado de acordo com o possível. Ele afirma que o trabalho bem feito no mutirão deve levar em consideração a qualidade do serviço, mesmo que seja realizado o trabalho em apenas uma linha de agrofloresta:

*“não... ponhar na cabeça de quantidade que vai ter que fazer tantas linha... fazer uma linha só mas *fazer bem feito*...”*

Essa fala demonstra que o agricultor leva em consideração outros elementos que estão no real. Aqui ocorre um ajuste entre o ideal e o real no mutirão. A situação leva o agricultor a tomar uma decisão que ele não tomaria em uma situação diferente. A todo o

momento a situação ideal é tida como referencia. A força da situação de trabalho coloca portanto em relação, às vezes conflituosa, as situações ideais com os *imprevisíveis do real*.

Divergência faz aparecer que o sujeito não possui o controle sobre a totalidade do real, as imposições do meio - externo – com que o sujeito constantemente se relaciona influenciam diretamente na sua atividade. Essa influência ocorre a todo momento e o sujeito é obrigado a criar estratégias para lidar com a amplitude das variáveis apresentadas.

O processo de desenvolvimento passa portanto pelo acúmulo de experiências que dão condições para o agir do sujeito. Segundo Friedrich (2012, p. 114) é o *poder fazer*, o *saber fazer* que atestam o desenvolvimento.

Finalizamos essa seção afirmando que os resultados das etapas metodológicas que culminaram na autoconfrontação cruzada, contribuíram para a compreensão dos envolvidos e do contexto da pesquisa. Avanços foram realizados sobretudo nas fronteiras da compreensão sobre o coletivo de trabalho e portanto sobre a atividade coletiva dos mutirões agroflorestais na gleba Pantanal em Morretes-PR. Todas as análises possíveis não foram e não poderiam ter sido realizadas, mas o movimento realizado na presente pesquisa ampliou o estoque de experiências possíveis e fomentou o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos no trabalho. Afinal, segundo Clot (p. 147)

deve-se não só compreender para transformar, mas também transformar para compreender. Compreender e explicar os mecanismos do desenvolvimento passa, então, por uma adequada apreciação da importância dos diálogos nesse desenvolvimento.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA AUTOCONFRONTAÇÃO CRUZADA

As concepções de mutirão e de sistemas agroflorestais foram tensionadas com a realização da Autoconfrontação simples e cruzada. Durante a apresentação das imagens do mutirão realizado no dia 10/07/2015, alguns temas emergiram e foram evidenciadas suas contradições e a forma com que os agricultores interagem com essas contradições individualmente e no coletivo de trabalho.

Com base na multiplicidade de situações impostas pelo real tanto aos agricultores

da gleba Pantanal como para o pesquisador uma pesquisa científica demanda um recorte capaz de possibilitar ao pesquisador e aos envolvidos com a pesquisa o desenvolvimento do trabalho e a produção de informações. No caso desse trabalho o recorte realizado foi aperfeiçoado durante as autoconfrontações. Fizeram parte desse filtro, necessário, as seguintes temáticas: a cobertura dos canteiros de SAFs; o trabalho nos mutirões; a relação dos agricultores com os técnicos de campo; as implicações no uso do método da autoconfrontação e; o surgimento de novas prescrições para os SAFs. Com base nessa diversidade de temáticas e no recorte guiado pelos objetivos definidos pelos sujeitos na presente pesquisa, buscou desenvolver as análises em cima do segundo tema levantado, o do trabalho nos mutirões.

Com a análise desse tema foi possível uma aproximação compreensiva da atividade do mutirão e o estabelecimento algumas generalizações, possibilitadas pela base teórica da teoria histórico-cultural. A tabela a seguir apresenta as contradições que envolvem a temática do trabalho nos mutirões, a forma com que essas contradições são tratadas na dimensão individual – pelo agricultor – e coletiva – pelo coletivo de trabalho.

TABELA 4: O TRABALHO NOS MUTIRÕES, CONTRADIÇÕES E RELAÇÕES ENTRE INDIVÍDUOS E COLETIVO DE TRABALHO

Tema	Contradições	Indivíduo	Coletivo
Trabalho nos mutirões	-“Espaço” de trabalho ou formação; -Obrigações de quem recebe o grupo; -“Abertura ao trabalho” das pessoas participantes;	-Busca pela eficiência na troca de trabalho; -Busca pela produtividade; -Tarefas associadas ao mutirão (almoço, café, etc); -Divergências de intencionalidade;	-Regula a relação entre trabalho e formação; -Cria referências de organização do trabalho coletivo; -Renormaliza o trabalho coletivo; -Cria e recria normas através do debate de valores;

FONTE: O autor (2016).

As contradições que emergiram da temática do trabalho nos mutirões demonstram a existência de atividades concorrentes uma vez que o mutirão se caracteriza ao mesmo tempo como um espaço de trabalho e um espaço de formação dos sujeitos que participam da atividade. Essa contradição, como apresentado anteriormente, surge já na proposta de projeto que dá margem para diferentes compreensões do que

vem a ser esse “espaço”. Isso pode criar nos sujeitos que participam do trabalho coletivo um impedimento para o desenvolvimento da atividade coletiva uma vez que coexistem no trabalho coletivo duas atividades concorrentes, uma direcionada para um trabalho eficiente e outra para um processo de aprendizagem.

Quando nem todos os participantes possuem a mesma compreensão do objeto para o qual a atividade está direcionada, é possível que existam duas atividades sendo realizada em um mesmo trabalho coletivo. Esse processo pode criar tensões que levem ao grupo regular o trabalho coletivo e compartilhar de uma mesma atividade e nesse caso é possível identificar um traço da formação de um coletivo de trabalho. Ou essa contradição pode crescer a ponto de tornar o trabalho coletivo não insustentável ao longo do tempo.

Outra contradição que emerge é a obrigatoriedade do agricultor que recebe o mutirão em realizar algumas tarefas antes e durante o trabalho coletivo que possibilitem recompensar os sujeitos que participam da implantação e manejo das áreas de agroflorestas. Essas tarefas podem se apresentar para o agricultor como obrigatoriedade em troca dos serviços prestados. Tarefas como o preparo do café e do almoço para os participantes integram essa troca e são práticas realizadas na maioria dos mutirões na gleba Pantanal. Essas tarefas demandam um preparo ainda maior para os agricultores anfitriões se comparado as outras pessoas envolvidas no trabalho coletivo.

Embora esse sentimento de compromisso do agricultor em servir algo aos participantes do mutirão esteja presente no conjunto de valores do grupo, alguns agricultores não conseguem realizar essas tarefas devido ao trabalho prévio e o limitado número de pessoas na família para contribuir com o preparo dos alimentos. Nesse caso o agricultor anfitrião prefere reduzir o tempo de realização do trabalho coletivo.

O trabalho coletivo realizado de forma “aberta” é colocada pelos agricultores participantes da autoconfrontação cruzada como um limitante para realização de um trabalho bem feito nos mutirões. A noção de trabalho aberto é apresentada como um trabalho onde os participantes não conseguiram definir para qual objeto a atividade está direcionada. O conflito entre atividades retorna aqui como a causa da contradição. O fato de alguns sujeitos que participam dos mutirões apresentarem o “corpo mole” na realização das tarefas definidas não é compatível com a noção de um “bom” mutirão. Mais a frente, quando os dados da autoconfrontação forem apresentados essa

contradição será melhor explorada.

As contradições aqui descritas se apresentam de forma diferente na dimensão individual e coletiva. Elas integram um conjunto de tensões que possibilitam aos sujeitos e ao coletivo desenvolver a atividade coletiva do mutirão. Como apresentado na tabela acima os sujeitos em sua dimensão individual se relacionam com o tema do trabalho no mutirão a partir de variáveis como: a eficiência na realização do trabalho coletivo; a busca pela melhor produtividade das áreas de agroflorestas; a realização de tarefas associadas ao mutirão e de relações de reciprocidade (como o fornecimento de refeições para os participantes do trabalho coletivo) e; da gestão das divergências de intencionalidades.

Por outro lado o coletivo busca: regular a relação entre trabalho e formação nos mutirões; criar referências de organização do trabalho coletivo; renormalizar o trabalho coletivo (através do processo contínuo de tensão das prescrições existentes); criar e recriar normas através do debate de valores. O coletivo ajusta as prescrições existentes ao mesmo tempo em que constrói novas prescrições e novas normas voltadas a sua manutenção. O trabalho coletivo é portanto o meio de regulação entre as prescrições individuais e coletivas explícita ou implicitamente presentes nos mutirões. Nesse processo de mediação, o coletivo constitui experiências e referências para que os sujeitos saibam como realizar suas tarefas.

A (re) criação de normas é uma constante para as pessoas que compõem o trabalho coletivo do mutirão. As regras historicamente estabelecidas pelo coletivo definem a participação dos agricultores nos mutirões e da realização dos mutirões nas áreas de cada agricultor. As regras e normas presentes no trabalho coletivo estão situadas em um contexto particular. Embora existam normas do coletivo que podem ser exportadas para outras regiões e grupos que trabalham com os sistemas agroflorestais, elas serão ressignificadas e adaptadas pelos sujeitos e pelo meio historicamente situados.

Esse movimento foi verificado nos dados coletados do diálogo entre dois agricultores participantes do projeto Agroflorestar e o pesquisador. Essa situação demonstra alguns pontos importantes sobre o sentido atribuído pelos agricultores ao mutirão. A situação de trabalho analisada pelos próprios agricultores os envolve em processo de diálogo que buscou criar condições para que os sujeitos acessassem experiências a fim de possibilitar reviver situações de trabalho e identificar possíveis impedimentos para o desenvolvimento da atividade coletiva dos mutirões agroflorestais.

O pressuposto de que a ação realizada pelo sujeito em direção ao seu objeto sofre as influências impostas pelo meio, permite que afirmemos que tanto o sujeito como objeto se modificam no curso de sua ação. O diálogo apresentado no Quadro 1, é portanto, como dito anteriormente, situado em um contexto de constante (re) normatização onde os sujeitos se relacionam com diferentes contradições, impedimentos, e são levados a realizar contínuos debates de normas e valores. As falas apresentadas nesse trabalho estão localizadas em um tempo e um espaço singular. Estão portanto situadas em um contexto onde a vida emerge e se desenvolve sobre uma malha de relações entre os sujeitos, seus objetos, os instrumentos e os outros sujeitos envolvidos com o trabalho coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar em movimento essa pesquisa contribuiu para que eu pudesse dominar os métodos da autoconfrontação simples e cruzada, contribuiu também para que as relações com os agricultores fossem fortalecidas ao mesmo tempo em que a compreensão sobre o trabalho, dos agricultores, com os sistemas agroflorestais fossem tratados com uma riqueza de detalhes que não seria possível sem esse trabalho de pesquisa.

A construção de espaços e situações que promovam o desenvolvimento humano deve ser o objetivo maior de qualquer projeto de desenvolvimento. Muitas vezes os sentidos atribuídos a dimensão econômica ofuscam nossa leitura de mundo e os objetos e os instrumentos começam a se embaralhar. A ausência de coletivos de trabalho potencializa esse sentimento de descompasso e ausência de referências.

Os trabalhos coletivos se dissolvem cada vez mais para além dos espaços de trabalho e começam a ocupar momentos que até então eram ocupados pela família, pelos estudos, pelo lazer. Essa fluidez contemporânea deve nos levar a repensar as relações entre os sujeitos, dos sujeitos com a(s) natureza(s), e do sujeito consigo mesmo. Essas sensações de tensão devem ser desenvolvidas a fim de constituir novas experiências capazes de ampliar o leque de possibilidades realizáveis.

Os indivíduos e as organizações estão no centro dessas mudanças. As referências se diluem nas esferas generalizantes, mas são encontradas no micro, no nível do coletivo, nas dimensões interpessoais e pessoais. Os coletivos de trabalho são capazes de promover tensões e contradições ao mesmo tempo que estabilidades e referências aos sujeitos para que possam agir.

O acúmulo de experiências em projetos que buscam o desenvolvimento “de baixo para cima” deve servir de base para que as sociedades (re)vivam suas experiências para virem a ter novas experiências. Pois é do local que surgem alternativas de superação para graves problemas contemporâneos. Mas para isso é necessário investimento nos coletivos, pois eles carregam os conhecimentos necessários para a resolução de seus problemas.

Uma mudança de paradigma na lógica de financiamento dessas iniciativas é necessária e urgente. Pois é fundamental transpor os indicadores quantitativos como forma de avaliar o “trabalho bem feito” de um projeto. Índices como o nº de beneficiários,

a quantidade de área cultivada e até mesmo a renda, não garantem o sucesso das iniciativas a longo prazo.

A qualidade se dá pela densidade das relações sociais - e das espécies em um canteiro de Sistema Agroflorestal. Caso contrário, o retrabalho ganha força e nossas ações se voltam para justificar e não para resolver os problemas.

Como vimos nesse trabalho de pesquisa, a perspectiva histórico cultural pode contribuir muito com esse movimento “contrário”, “de baixo pra cima”. As transformações, a participação e o desenvolvimento não podem ser impostos, esses elementos só são garantidos quando o foco se transfere das macro estruturas e se torna a vida dos coletivos e das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALANO, E. R. C. **Espaço rural e suas possibilidades empreendedoras: o assentamento Nhundiaquara no litoral paranaense**. Dissertação mestrado. Programa de pós-graduação em agronomia. Curitiba: UFPR, 2008.
- BATISTA, E. **Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades**. III Simpósio de Lutas Sociais na América Latina – trabalhadores (as) em movimento: constituição de um novo proletariado?. Londrina: UEL, 2008.
- BOURDIEU, P. WACQUANT, L. **Sobre as artimanhas da razão imperialista**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº1, 2002, pg. 15-33.
- BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In. CAVALCANTI, C. (Org.) Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ – Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco. Recife: FUNDAJ, 1994. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT11082013193327.pdf>
- CALDEIRA, C. **Mutirão: formas de ajuda mutua no meio rural**. São paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 4 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- CANGUILHEM, G. **Meio e normas do homem no trabalho**. In: Pro-Posições, v.12, n. 2-3, jul.-nov. 2001/1947. pg.35-36.
- CAROLY, S. **Activité collective et réélaboration des règles: des enjeux pour la santé au travail**. Sciences de l'Homme et Sociétés. Université Victor Segalen – Bordeaux II, 2010.

CAROLY, S. LORIOLO, M. BOUSSARD, V. **Colectivo de trabajo y reglas de oficios. Cooperación entre jóvenes y viejos, hombres y mujeres em las brigadas de Policía de socorro.** v. II, nº 2. Revista Laboreal, 2006. pg 06-18. Disponível em: http://www.laboreal.up.pt/files/articles/2006_12/es/06_18es.pdf

CAROLY, S. BARCELLINI, F. **Le développement de l'activité collective.** In: Falzon, P. (Coord.) Ergonomie Constructive. Paris, France: PUF, 2013.

CASSE, C. CAROLY, S. TESSON, M. **La relève: un lieu de construction du collectif pour gérer la sécurité.** Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé. 17-2. Revista Pistes, 2015. Disponível em <http://pistes.revues.org/4496>

CAVALCANTI, C. **Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental.** Revista Estudos avançados. vol. 24. nº 68. São Paulo, 2010.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho.** 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade.** In: Conferência ICHF. Universidade Federal Fluminense. Niteroi: ICHF, 2007.

_____. **Trabalho e poder de agir.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y. FAÏTA, D. **Genres et styles em analyse du travail: Concepts et méthodes.** (p. 7 – 42). Travailler, 2000.

COOPERAFLORESTA. **Projeto Agroflorestar: co-operando com a natureza.** Projeto aprovado pela Associação de agricultores agroflorestais dos municípios de Barra do Turvo e Adrianópolis na chamada do Programa Petrobras Ambiental, Edição 2010. Barra do Turvo: Cooperafloresta, 2010.

CUVELIER, L. CAROLY, S. **Appropriation d'une stratégie opératoire: un enjeu du collectif de travail.** *Activités*, v6, n2, p. 57 – 743. Disponível em <https://www.activites.revues.org/2249>

DANIELS, H. **Vygotsky e a pesquisa.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 3º ed. núcleo de apoio à pesquisa sobre populações em áreas úmidas brasileiras - Universidade de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DOUMBIA, F. **O conceito de desenvolvimento atual na África ou o paradoxo de um conceito subdesenvolvido.** *Trabalho & Educação*. v. 20, n. 2, p. 117-129. Belo Horizonte, 2011.

DURRIVE, L. **A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz.** In: *Trabalho, Educação, Saúde*. Rio de Janeiro, 2011. v. 9, p. 47-67.

FÁVERO, M. E. **Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e Representações Sociais: por uma articulação teórica e metodológica.** Jan – Abr. Vol. 21 n. 1, pp. 017 – 025. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2005.

FERRARI, A. J. SANTOS, J. C. MATEUS, B. O. **Memória, silêncio e demanda social: análise das falas circulantes no Conselho da APA de Guaraqueçaba.** In: XV CISO – Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais, 15., 2012, Teresina. Anais... Teresina, 2012.

FOLCHER, V. RABARDEL, P. **Homens, artefatos, atividades: perspectiva instrumental.** In: FALZON, P. (ed.) *Ergonomia*. São Paulo: Blucher, 2007.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIEDRICH, J. **Lev Vigotski: mediação, aprendizagem e desenvolvimento: uma leitura filosófica e epistemológica**. trad. Ana Rachel Machado e Eliane Gouvêa Lousada. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GÖTSCH, E. **O renascer da agricultura**. 2º ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.

HUBAULT, F. **Do que a ergonomia pode fazer análise?** In: DANIELLOU, F. (coord.). A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. p. 105 – 140.

KAMINSKI, T. C. G. **O trabalho agroflorestal: gênero agrofloreteiro e atividade coletiva no grupo gralha azul, município de Morretes-PR**. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em Meio ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2014.

KAMINSKI, T. C. G. LESAMA, M. F. **Contribuições da ergonomia da atividade na construção do conhecimento agroflorestal**. 2º Jornada da questão Agrária e Desenvolvimento: projetos sociais e políticas públicas em disputa. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2013.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Trad. Carlos

Irineu da Costa. 3º ed. São Paulo: Editora 34, 2004.

LEFF, E. **As aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Trad. Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LESAMA, M. F. Et al. **Relatório do projeto Feiras – sabores, memórias e identidades das comunidades de agricultores familiares do litoral paranaense**. Matinhos: UFPR, 2010.

LESAMA, M. F. KAMINSKI, T. C. G. SALMON, L. P. G. **Intervenções e objetos técnicos no desenvolvimento do trabalho agroflorestral de agricultores assentados**. II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. São Carlos: UFSCAR, 2013.

LIVET, P. **As normas: análise da noção, estudo de textos: Wittgenstein, Leibniz, Kelsen, Aristóteles**. Trad. Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MACHADO, G. E. ARAÚJO, A. J. S. SOUZA, P. C. Z. ATHAYDE, M. R. C. **Coletivos de trabalho, inserção e formação: o caso dos juízes do trabalho**. Revista Psicologia, Ciência e Profissão. Vol. 30, n. 4. pgs. 698-711. Brasília, 2010.

MAGGI, B. **Do agir organizacional: um ponto de vista sobre o trabalho, o bem estar, a aprendizagem**. Trad. Laerte Idal Sznelwar. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

MILLER, R. P. **Construindo a complexidade: o encontro de paradigmas agroflorestrais**. In: PORRO, R. Alternativa agroflorestral na Amazônia em transformação. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2009.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OMBREDANE, A. FAVERGE, J-M. **L'analyse du travail**. Paris: PUF, 1955.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. In: Raízes, 2005. vol. 24, nºs 01 e 02. p. 10-22.

PETROBRAS. **Resultado do Programa Petrobras Ambiental – Seleção 2010**. Disponível em: <http://goo.gl/xNWBgC> Acesso em 30/05/2016 as 18:47.

PETROBRAS. **Regulamento do Programa Petrobras Ambiental – Seleção 2010**. Disponível em: <http://goo.gl/BxVHSC> Acesso em 30/05/2016 as 19:30.

RABARDEL, P. **Les hommes et les technologies; approche cognitive des instruments contemporains**. Armand Colin, pp.239, 1995. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01017462/document> Acesso em 10/11/2015.

RIBEIRO, L. F. P. **A gestão ambiental como elemento de estratégia empresarial: o caso da PETROBRAS**. Dissertação de mestrado da escola de administração da Universidade Federal da Bahia. UFBA: Salvador, 2002.

ROGER, J-L. **Metodologia e métodos de análise em clínica da atividade**. In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2013. vol. 16, n. especial 1, p. 111-120.

SÁ, L, M. **Prática missionária e resistência cultural**. In: ESTERCI, N. Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SABOURIN, E. OLIVEIRA, M. N. XAVIER, J. H. V. **Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG.** VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU. Quito, 2006.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALMON, L. P. G. KAMINSKI, T. C. G. LESAMA, M. F. SEOANE, C. E. SILVA, J. A. **A formação de um coletivo de trabalho agroflorestal: o caso do grupo Galha Azul, em Morretes-PR.** Cadernos de Agroecologia. Vol. 8, nº. 2. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre, 2013.

SANTOS, M. Z. C. **O projecto de uma sociedade do conhecimento de Lev Vygotski a práticas efectivas de formação contínua em Portugal.** (Cap. 5). Dissertação doutorado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto: Porto, 2004.

_____. **Análise psicológica do trabalho: dos conceitos aos métodos.** In: Revista Laboreal. v. II n. 1. 2006. p. 34-41. Disponível em: http://laboreal.up.pt/files/articles/2006_07/pt/34-41pt.pdf

_____. **O projecto de uma sociedade do conhecimento: de Lev Vygotski a práticas efectivas de formação contínua em Portugal.** Dissertação de doutorado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto, 2004.

SCHWARTZ, Y. R. **Produzir saberes entre aderência e desaderência.** Revista Educação Unisinos. v. 13., n. 3. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEOANE, C. E. S. **Projeto Juçara 2 – Extração da polpa de juçara (*Euterpe edulis Martius*) pela agricultura familiar como alternativa de uso sustentável em Áreas de Proteção Ambiental e de Reserva Legal do litoral paranaense**. Colombo: Embrapa, 2009.

SEOANE, C. E. PINKUSS, I. L. SILVA, J. A. SALMON, L. P. G. FROUFE, L. C. M. LAGO, M. L. **Atividades e práticas em coletivos de trabalho – mutirões em agroflorestas agroecológicas do litoral do Paraná, Brasil**. Cadernos de Agroecologia. Vol. 8, nº. 2. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre, 2013.

SIDDIQUE, Y. **Núcleo de Sistemas Agrofloretais Agroecológicos do Sul (SAFAS)**. Projeto em desenvolvimento, com financiamento concedido a partir da chamada MDA/CNPq Nº 39/2014 – Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica – NEA. Proponente: UFSC: Florianópolis, 2014.

STEENBOCK, W. *et al.*. **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013.

TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

THIOLLENT, M. **Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. vol. 1 nº 1. jan/abr. Brasília, 1984.

_____. **Metodologia de Pesquisa Ação**. 7a ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TOMÁS, J.L. **Desenvolvimento da experiência e desenvolvimento dos conceitos: da atividade sindical à produção de um referencial da atividade**. Trabalho & Educação. Belo Horizonte, 2010. v. 19 n. 3, p. 49-63.

TROMPETTE, P. VINCK, D. **Regreso sobre la noción de objeto frontera**. Revue

d'anthropologie des connaissances. Vol. 3, nº 1. p. 4-26. CAIRN, 2009.

VERGNAUD, G. **Rabardel Pierre & Pastré Pierre (dir.). Modèles du sujet pour la conception : dialectiques, activités, développement.** Revue française de pédagogie, 154, janvier-mars. Toulouse: Octarès, 2006. Disponível em: <http://rfp.revues.org/205> Acesso em: 08/11/2015.

VINCK, D. **De l'objet intermédiaire à l'objet-frontière: vers la prise em compte du travail d'équipement.** Revue d'anthropologie des connaissances. Vol. 3, nº 1, p. 51-72. CAIRN, 2009.

_____. **Engenheiros no cotidiano: etnografia da atividade de projeto e de inovação.** Trad. Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2013. (cap. 3 e Epílogo)

VIRKKUNEN, J. NEWNHAM, D. S. **O laboratório de mudança: uma ferramenta de desenvolvimento colaborativo para o trabalho e a educação.** Trad. Pedro Vianna Cava. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

YU, C. M. **Sequestro florestal de carbono no Brasil – Dimensões políticas, sócio-econômicas e ecológicas.** Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2004.

ZANONI, M. M. FERREIRA, A. D. D. MIGUEL, L. de A. FLORIANI, D. CANALI, N. RAYNAUT, C. **Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2. p. 39-55, jul/dez. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural.** São Paulo: Cortez, 2003.